

# ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 23 • 2017

A  
RUI BOAVENTURA  
HOMENAGEM À SUA MEMÓRIA



**Editores Científicos: João Luís Cardoso e Rui Mataloto**

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS

2017

**Estudos Arqueológicos de Oeiras** é uma revista de periodicidade anual, publicada em continuidade desde 1991, que privilegia, exceptuando números temáticos de abrangência nacional e internacional, a publicação de estudos de arqueologia da Estremadura em geral e do concelho de Oeiras em particular.

Possui um Conselho Assessor do Editor Científico, assim constituído:

- Dr. Luís Raposo (Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa)
- Professor Doutor Nuno Bicho (Universidade do Algarve)
- Professor Doutor João Zilhão (Universidade de Barcelona e ICREA)
- Doutora Laure Salanova (CNRS, Paris)
- Professor Doutor Martín Almagro Gorbea (Universidade Complutense de Madrid)
- Professor Doutor Rui Morais (Universidade do Minho)

## ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 23 • 2017      ISSN: 0872-6086

EDITORES CIENTÍFICOS DESTA VOLUME - João Luís Cardoso e Rui Mataloto  
DESENHO E FOTOGRAFIA - Autores ou fontes assinaladas  
PRODUÇÃO - Gabinete de Comunicação / CMO  
CORRESPONDÊNCIA - Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras  
Fábrica da Pólvora de Barcarena  
Estrada das Fontainhas  
2745-615 BARCARENA

Os artigos publicados são da exclusiva responsabilidade dos Autores.

Aceita-se permuta  
*On prie l'échange*  
*Exchange wanted*  
*Tauschverkehr erwünscht*

ORIENTAÇÃO GRÁFICA E

REVISÃO DE PROVAS - João Luís Cardoso e Autores

PAGINAÇÃO - M. Fernandes

IMPRESSÃO E ACABAMENTO - Gráficas Amares, Lda. - Amares - Tel. 253 992 735

DEPÓSITO LEGAL: 97312/96

## ÍNDICE GERAL / CONTENTS

PAULO VISTAS	
Prefácio	
<i>Foreword</i> .....	9
JOÃO LUÍS CARDOSO & RUI MATALOTO	
Apresentação	
<i>Presentation</i> .....	11
RUI MATALOTO & JOÃO LUÍS CARDOSO	
Rui Boaventura (1971-2016), apontamento biográfico e bibliografia	
<i>Rui Boaventura (1971-2016), biographical note and bibliography</i> .....	13
RUI MATALOTO, MARCO ANTÓNIO ANDRADE & ANDRÉ PEREIRA	
O Megalitismo das pequenas antas: novos dados para um velho problema	
<i>The Megalithism of small dolmens: new data to an old problem</i> .....	33
ANDREA MARTINS	
Entre o Atlântico e o Maciço Calcário Estremenho: a arte rupestre da Estremadura	
<i>Between the Atlantic and the Maciço Calcário Estremenho: the rock art of Estremadura</i> .....	157
ANTÓNIO CARLOS VALERA & LINO ANDRÉ	
Aspectos da interacção transregional na Pré-história Recente do Sudoeste Peninsular: interrogando as conchas e moluscos nos Perdigões	
<i>Views on the transregional interaction in Iberian Southwest Recent Prehistory: questioning the shells and molluscs from Perdigões</i> .....	189
ANA MARIA SILVA & MARIA TERESA FERREIRA	
Perscrutando espólios antigos 5: Contributo da análise dos restos ósseos humanos	
<i>Examining old remains 5: the contribution of the study of human bones</i> .....	219
JOÃO LUÍS CARDOSO & FILIPE MARTINS	
O povoado pré-histórico do Outeiro Redondo (Sesimbra): Resultados das campanhas de escavação de 2013 e 2014	
<i>The chalcolithic fortified settlement of Outeiro Redondo (Sesimbra): Results of 2013 and 2014 field seasons</i> .....	233

JOÃO LUÍS CARDOSO	
Correspondência epistolar remetida por eminentes pré-historiadores espanhóis ou que trabalharam essencialmente em Espanha a José Leite de Vasconcelos (1853-1941)	
<i>Correspondence sent by eminent Spanish pre-historians or who worked mainly in Spain to José Leite de Vasconcelos (1853-1941) .....</i>	393
ANA CATARINA SOUSA	
Os tempos do Neolítico na região de Lisboa: o povoamento	
<i>Times in the Neolithic from the region of Lisbon: the settlements .....</i>	459
DIRK BRANDHERM, MICHAŁ KRUEGER & JOÃO LUÍS CARDOSO	
Um novo método para a datação absoluta de ossos humanos cremados: a cabana 2 do Monte de São Domingos (Malpica do Tejo, Portugal)	
<i>A new method for the absolute dating of cremated human bones: hut 2 at Monte de São Domingos (Malpica do Tejo, Portugal) .....</i>	519
JOÃO LUÍS CARDOSO	
A ocupação do Bronze Final do Centro Histórico de Oeiras. Os materiais da Rua das Alcássimas	
<i>Late Bronze materials recovered in the Historic Center of Oeiras. The artifacts of Rua das Alcássimas .....</i>	531
CENTRO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DO CONCELHO DE OEIRAS	
Relatório das actividades desenvolvidas em 2016	
<i>Report on activities carried out in 2016 .....</i>	555

**ENTRE O ATLÂNTICO E O MACIÇO CALCÁRIO ESTREMENHO:  
A ARTE RUPESTRE DA ESTREMADURA**

***BETWEEN THE ATLANTIC AND THE MACIÇO CALCÁRIO ESTREMENHO:  
THE ROCK ART OF ESTREMADURA***

Andrea Martins<sup>1</sup>

**Abstract**

This article intends to make a systematization of the several archaeological sites with rock art known in the territory between the Atlantic and the Maciço Calcário Estremenho, that is, in the Portuguese Extremadura. Analyzing the dispersion of the sites, it is clear that the geological characteristics totally condition the existence of sites with rock art, being notable its absence for example in alluvial regions, as well as the type of limestone in the region of Lisbon and the West that make it impossible the preservation of paintings or engravings. Although there are three references in the region of Lisbon (Magoito, Anta da Pedra dos Mouros and Laje das Insculturas), only when we move to the north we find archaeological sites in the Maciço Calcário Estremenho (Lapa dos Coelhos, Vale do Lapedo and Gruta da Moeda), and continue to the region of the Maciço Hespérico where there are numerous rock art sites (Pego da Rainha, Vale do Tejo, Ocreza and Erges). We emphasize the chronological uniformity of the studied archaeological sites, essentially framed in the recent Prehistory, with few contexts with paleolithic art, which corresponds to different strategies of symbolic anthropization of the territory.

*Keywords:* Engraving, Extremadura, Painting, Prehistoric period, Rock Art, Vale do Tejo.

**1 - ARTE RUPESTRE EM PORTUGAL: PRESENÇAS E AUSÊNCIAS,  
CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS**

No território actualmente Português encontram-se referenciados centenas de sítios arqueológicos classificados como de arte rupestre, sendo muito diversificados do ponto de vista tipológico, geológico e cronológico.

Destacam-se vários núcleos distribuídos por todo o território:

- a) O Vale do Côa, um ciclo de longa duração com gravuras Paleolíticas, gravuras e pinturas Neolíticas e Calcolíticas e gravuras da Idade do Ferro, perdurando até época contemporânea, executadas essencialmente em afloramentos xistosos, e, classificado em 1998 como Património Mundial da UNESCO;

---

<sup>1</sup>Uniarq – Centro de Arqueologia, Universidade de Lisboa. FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia.  
AAP – Associação dos Arqueólogos Portugueses. andrea.arte@gmail.com

- b) Os vários sítios arqueológicos de Arte Atlântica, principalmente na região do Minho (Gião, Bouça do Colado, Monte de Góios, Lanhelas, Chã da Rapada, Obsedo, entre outros), onde gravuras de cariz atlântico e esquemáticas surgem em afloramentos graníticos, geralmente destacados na paisagem envolvente e com uma baliza cronológica compreendida entre o Neolítico e a Idade do Ferro;
- c) Os numerosos abrigos com pintura rupestre esquemática em Trás-os-Montes (abrigos da Serra de Passos, Penas Róias, Pala Pinta, Ribeira do Mosteiro, Forno da Velha, entre outros) que mostram um diversificado reportório iconográfico, pintado em superfícies quartzíticas ou xistosas, reflexo das mudanças conceptuais das comunidades Neolíticas e Calcolíticas;
- d) O núcleo de abrigos quartzíticos com pintura rupestre esquemática da Serra de São Mamede – Portalegre (Lapa dos Gaivões, Lapa dos Louçães, Igreja dos Mouros, Abrigo Pinho Monteiro, Ninho do Bufo, Pego do Inferno, Cerro das Lapas, Ermida da Senhora da Lapa, entre outros) cuja cronologia enquadra-se também na Pré-História recente;
- e) O núcleo do vale do Guadiana corresponde ao ciclo de gravuras rupestres localizado mais a sul do território Português, distribuindo-se ao longo das margens do rio, surgindo em bancadas horizontais de xisto, num largo espaço temporal, desde época Paleolítica até ao período Moderno.

A estes grandes núcleos junta-se o ciclo artístico do Vale do Tejo, enquanto na restante área do território actualmente Português encontramos conjuntos mais pequenos ou mesmo sítios isolados. Os rios surgem como elemento modelador da paisagem e agregador do território, sendo nas suas margens que se localizam os mais importantes ciclos de arte rupestre.

Verifica-se assim uma grande concentração de sítios arqueológicos com arte rupestre no Norte de Portugal, situação esta que poderá ser entendida por questões geológicas e geomorfológicas, bem como por processos tafonómicos específicos, que, conjuntamente, permitiram índices relativamente elevados de conservação das pinturas e gravuras. Por outro lado, as prospecções intensivas realizadas por diversos investigadores, quer no âmbito de projectos de investigação (como os trabalhos de Maria de Jesus Sanches, Ana Bettencourt e Lara Bacelar Alves e Mário Reis), quer em acções de realocização de sítios (como a efectuada pela extinta extensão do IPA de Macedo de Cavaleiros ou pelo também extinto Centro Nacional de Arte Rupestre), ou, quer ainda no âmbito de projectos de minimização, nomeadamente de infra-estruturas hidroeléctricas (Barragem do Sabor, Barragem do Tua ou estudo de impacto do Alto Côa) levaram à identificação de novos sítios arqueológicos. Os trabalhos de prospecção intensiva, realizados nas últimas décadas pela equipa do Parque Arqueológico do Vale do Côa e Museu do Côa permitiram a caracterização de centenas de novas rochas com gravuras rupestres, bem como abrigos com pinturas esquemáticas.

No centro do território destacam-se os trabalhos efectuados pela equipa do Instituto Terra e Memória de Mação, nomeadamente no rio Ocreza e Vale do Tejo, onde têm sido realizados trabalhos de prospecção intensiva levando à identificação de novas rochas gravadas. No Alto Alentejo a equipa de Jorge Oliveira da Universidade de Évora prospectou também na Serra de São Mamede, identificando novos abrigos com pinturas esquemáticas, promovendo também sondagens arqueológicas em alguns destes sítios.

A obrigatoriedade da inclusão de especialistas em arte rupestre nas equipas de prospecção, bem como uma maior consciencialização por parte da comunidade arqueológica da especificidade da matéria em questão, foram factores determinantes para este aumento de sítios arqueológicos com arte rupestre nos últimos anos.

A escassa ou mesmo inexistente presença de contextos de arte rupestre no litoral, Baixo Alentejo e Algarve, poderá ser explicada por um lado por questões geológicas, e, por outro, por questões arqueográficas,

sendo assim necessário a realização de projectos que contemplem prospecções sistemáticas e intensivas, direccionadas para a identificação de gravuras e pinturas rupestres. Não é crível, no estado actual da investigação, que as lacunas observadas na distribuição geográfica dos sítios com arte rupestre se devam a contingências particulares das comunidades Pré-Históricas (isto é, a factores culturais), devendo aquelas lacunas ser portanto encaradas como deficiências na adequada prospecção desses territórios.

O território alvo de análise neste texto é compreendido entre o Atlântico e o Maciço Calcário Estremenho ocupando sensivelmente a região da Estremadura portuguesa, sendo delimitado a Norte pelo Maciço Calcário Estremenho, a Este pelo início do Maciço Hespérico, a Sul pelo curso do rio Tejo e a Oeste pelo Oceano Atlântico.

Analisando a dispersão dos sítios verifica-se claramente que as características geológicas condicionam totalmente a existência de sítios com arte rupestre, sendo notória a sua ausência por exemplo em regiões aluvionares, bem como pelo tipo de calcários existentes na região de Lisboa e zona Oeste, que, impossibilitam a preservação de eventuais grafismos rupestres. Apesar de existirem três referências na região de Lisboa (Magoito, Anta da Pedra dos Mouros e Laje das Insculturas) apenas ao avançarmos para Norte encontramos sítios no Maciço Calcário Estremenho (Lapa dos Coelhoos, Vale do Lapedo e Gruta da Moeda), diversificando-se a partir da região do Maciço Hespérico onde surgem numerosos locais com arte rupestre (Pego da Rainha, núcleos do Vale do Tejo, rochas gravadas do Ocreza, rochas gravadas do Erges e Abrigo de Segura) (Fig. 1).

Destaca-se a uniformidade cronológica dos sítios estudados, enquadrados essencialmente na Pré-História recente, existindo poucos contextos com arte paleolítica, o que poderá corresponder a distintas estratégias de antropização simbólica do território.

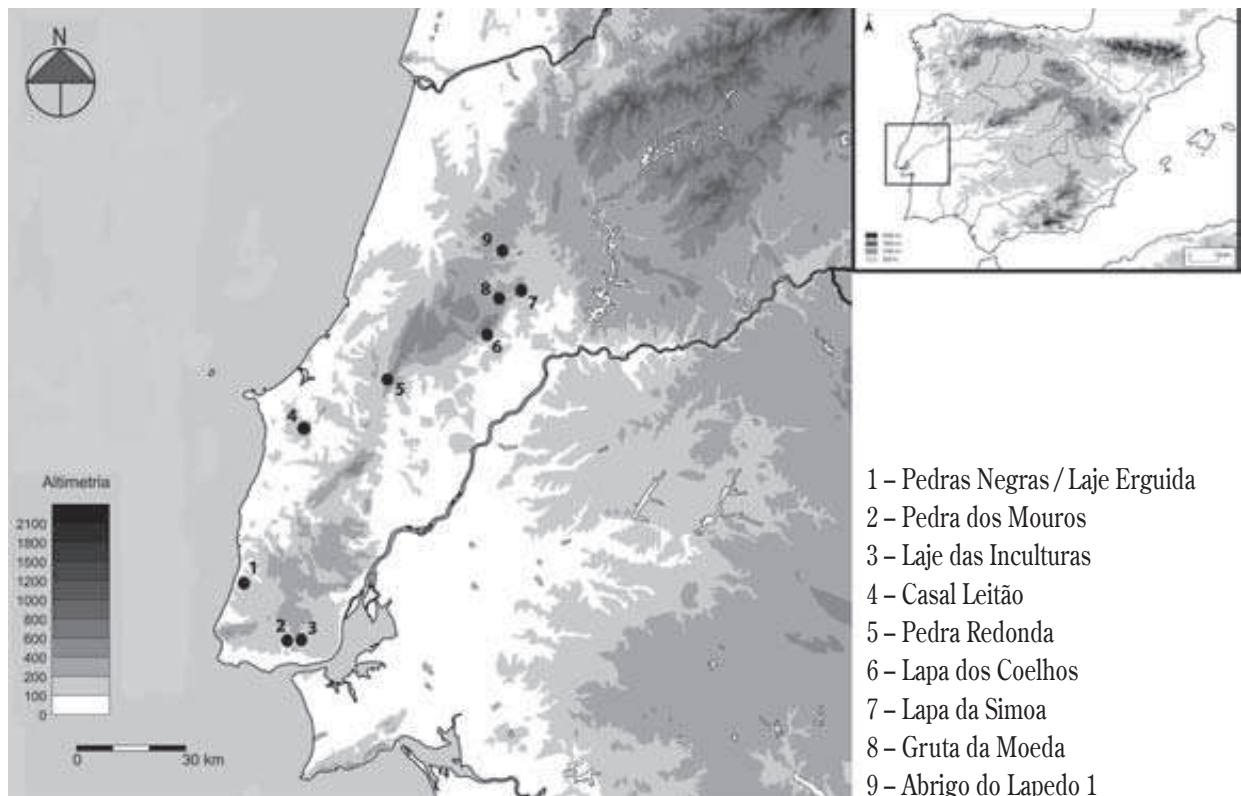


Fig. 1 – Mapa com localização dos sítios arqueológicos com arte rupestre na Estremadura (Base cartográfica – BOAVENTURA, 2009).

## 2 – OS CONTEXTOS ARQUEOLÓGICOS DA ESTREMADURA

Serão analisados 9 sítios arqueológicos distintos, tendo optado por incluir neste estudo dois contextos que poderão ser integrados na categoria de Arte Megalítica (Anta da Pedra dos Mouros e Menir do Casal leitão) e três sítios dos quais apenas existem breves referências (Pedra Redonda, Lapa da Simoa e Gruta da Moeda). Esta sistematização foi efectuada com recurso a fontes bibliográficas e pesquisa na base de dados Endovélico da DGPC. Para os sítios Lapa dos Coelhoos e Abrigo do Lapedo será apresentada uma descrição e contextualização mais detalhada, resultado de trabalho académico monográfico efectuada pela signatária (MARTINS, 2014).

### 2.1 – Pedras Negras / Laje Erguida

Este sítio arqueológico localizava-se na freguesia de São João das Lampas, concelho de Sintra, junto do Magoito, ficando assim muito perto da orla costeira. Foi identificado em Maio de 1985 por Maria Helena e Júlio Correia Guedes, que informaram o Museu Regional de Sintra, estando referenciado na base de dados Endovélico com o Código Nacional de Sítio (CNS) – 6063. O sítio foi estudado por Elvino Sousa (SOUSA, 1990) e por Mário Varela Gomes (GOMES, 2002, p. 173), tendo sido posteriormente destruído, não restando actualmente qualquer vestígio. O registo fotográfico disponível encontra-se no artigo de Elvino de Sousa (1990), não estando publicado o decalque e registo integral das rochas gravadas.

Era assim formado por vários afloramentos de arenito, de inclinação elevada, que apresentavam várias superfícies gravadas, mostrando os sulcos profundidades diversas, bem como distintos padrões de erosão. Os afloramentos deveriam ter estado cobertos por sedimentos dunares que preservaram as próprias gravuras, impedindo a deterioração dos sulcos por acção eólica (SOUSA, 1990).

O reportório iconográfico era diversificado, destacando-se uma figura antropomórfica de grandes dimensões (41 cm), caracterizada como do sexo masculino, com corpo rectangular, braços semi-erguidos com os dedos abertos (GOMES, 2002, p. 173). Os restantes motivos eram constituídos por covinhas, círculos, linhas, sulcos, círculos raiados (soliformes) e cruciformes (Figs. 2, 3 e 4). A sobreposição de algumas gravuras revela duas fases de gravação distintas.

Este sítio foi interpretado como um “santuário” da Idade do Ferro, relacionado com os mitos pré-romanos que versavam sobre o desaparecimento quotidiano do Sol e a sua ligação com as águas do Oceano (GOMES, 2002, p. 173; SOUSA, 1990). A localização destas rochas gravadas, frente ao oceano, e, a iconografia presente, nomeadamente a grande figura orante, remetem assim para uma possível interpretação relacionada com fenómenos naturais e sua simbologia.

### 2.2 – Pedra dos Mouros – gravuras rupestres

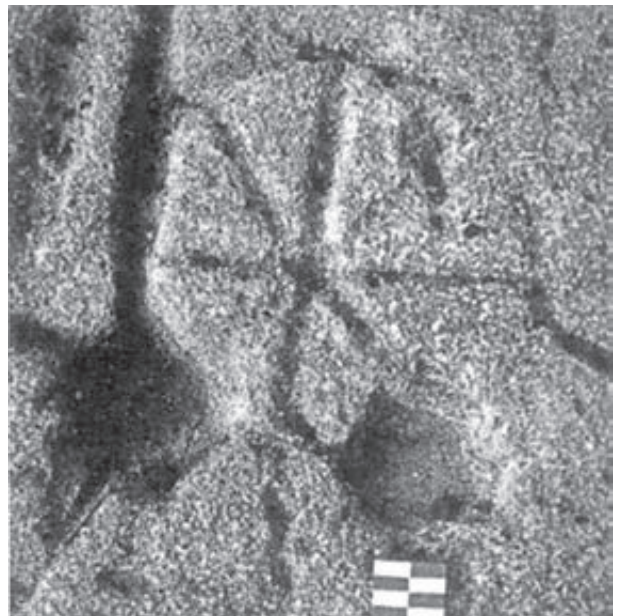
A anta da Pedra dos Mouros (CNS 11301) localiza-se no concelho de Sintra e faz parte do comumente conjunto designado por Antas de Belas, do qual fazem parte também a anta do Monte Abraão, Estria e anta do Carrascal, encontrando-se classificadas como Monumento Nacional desde 1910.

Este monumento megalítico foi intervencionado por Carlos Ribeiro em 1876, tendo este arqueólogo conhecimento da sua existência desde a década de 1850. Foi caracterizado como um monumento já parcialmente desmantelado, restando apenas três esteios *in situ*, um deles de grande dimensão, sendo que durante a escavação foram identificadas mais quatro lajes de menores dimensões (BOAVENTURA & CARDOSO, 2014, p. 44). Carlos Ribeiro refere que o monumento megalítico já teria sido escavado, não tendo recolhido





Fig. 2 - Laje Erguida - rocha 1 (SOUSA, 1990, p. 368).



Figs. 3 e 4 - Laje Erguida - motivo antropomórfico e motivo circular raiado internamente (SOUSA, 1990, p. 369).

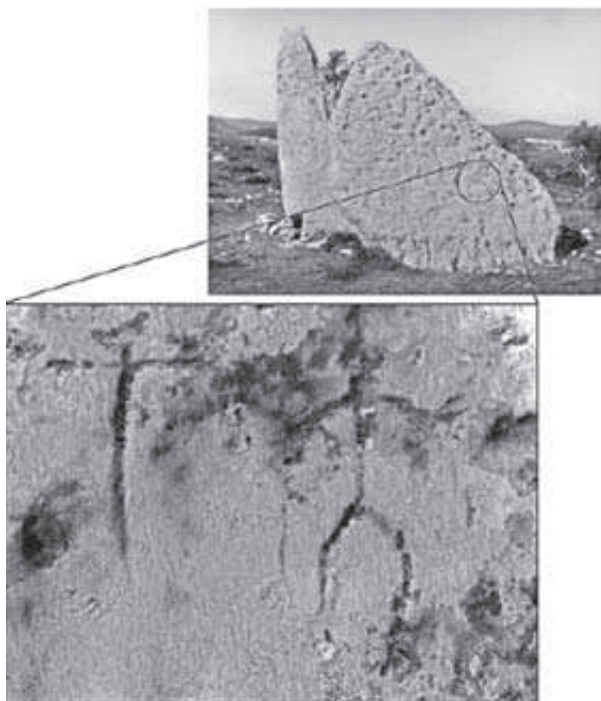
materiais arqueológicos pré-históricos, destacando-se a presença de uma moeda portuguesa, de cinco reis, datada de 1741 (BOAVENTURA & CARDOSO, 2014, p. 45). Os ortóstatos eram do substrato local – calcário, e, infelizmente a degradação do estado de conservação do monumento fez com que este ficasse totalmente desmantelado no final do século XX.

Na face externa do esteio de maiores dimensões foram identificadas duas gravuras rupestres, tipologicamente caracterizadas como antropomórficas. Estas surgem referidas desde 1917 por V. Correia (1917), que as caracterizou como masculina e feminina, tendo em conta os seus caracteres formais. As fotos tiradas por G. e V. Leisner em 1933 e o desenho de V. Correia são os únicos registos destas gravuras (Figs. 5 e 6), visualizando-se assim motivos antropomórficos esquemáticos (CARDOSO & BOAVENTURA, 2011, p. 301).

As duas figuras têm cerca de 17 cm e o motivo localizado do lado esquerdo é de tipologia cruciforme, sendo constituído por um traço vertical segmentado perpendicularmente na parte superior, correspondendo assim a um motivo cruciforme simples.

O motivo do lado direito é formado por um traço vertical que se bifurca na extremidade inferior em dois outros traços semicirculares, apresentando perto da extremidade superior um traço perpendicular de cada lado, traços estes em cujas extremidades surgem cinco traços de pequena dimensão. Trata-se assim de um antropomorfo esquemático com representação de extremidades inferiores (pernas) semi-arqueadas e extremidades superiores (braços) dispostos obliquamente ao corpo, não estando totalmente abertos mas revelando movimento. Nas extremidades dos braços surgem cinco pequenos traços que serão interpretados como dedos. Não é possível estabelecer diferenciação sexual visto não estarem representados atributos morfológicos específicos.

A capela dedicada ao Senhor da Serra, localizada a cerca de 400m da anta, será certamente vestígio da cristianização de toda aquela área, fazendo mesmo parte da peregrinação anual a visita à anta. A tradição



**Fig. 5** – Pedra dos Mouros, visualizando-se os dois motivos gravados. Fotografia de G. e V. Leisner (CARDOSO & BOAVENTURA, 2011, p. 301).



**Fig. 6** – Pedra dos Mouros – desenho do motivo cruciforme e do motivo antropomórfico (CORREIA, 1917).

confere poderes telúricos aos esteios do monumento, relacionados com fertilidade feminina, tendo as mulheres que escorregar pelo esteio maior em contacto directo com a pedra (BOAVENTURA & CARDOSO, 2014, p. 43). O sagrado, o profano e o cristianismo encontram-se assim interligados neste monumento megalítico, sendo possível que estas gravuras rupestres se encontrem relacionadas com um período mais recente. A morfologia e tipologia dos motivos não encontram paralelos na iconografia da denominada arte megalítica, sendo que a sua localização – na face exterior – poderá revelar a execução num momento posterior ao da construção do monumento megalítico. De realçar que na face interior as características geológicas do substrato dos esteios não possibilitavam a gravação, ou, tornavam-na muito difícil, sendo mesmo consideradas por L. Albuquerque e Castro (1961) como possível elemento decorativo ou simbólico. Esta hipótese foi desenvolvida por Boaventura e Cardoso (2011 e 2014) em trabalhos monográficos sobre as Antas de Belas (Pedra dos Mouros, Monte Abraão e Estria) referindo a escolha deliberada por blocos rochosos cobertos por icnofósseis para utilização como esteios dos monumentos megalíticos. Estamos perante um espaço cénico organizado, onde a construção da estrutura obedeceu a um programa figurativo e simbólico específico, cujo primeiro momento corresponde à escolha do esteio e num segundo à sua disposição na organização do monumento. Foram assim utilizados critérios estéticos e noções de simetria, que permitiram criar um espaço interior específico, transmutando-o num monumento “decorado” (CARDOSO & BOAVENTURA, 2011, p. 310).

O elemento cruciforme simples (de traços rectos) encontra paralelos em numerosos sítios com arte rupestre de períodos históricos do nosso território, estando presente em locais pré-históricos alvo de cristianização como por exemplo na estação Chã da Rapada (MARTINS, 2006). O motivo antropomórfico com representação de dedos poderá no entanto ter paralelos em figuras proto-históricas existentes em diversos sítios arqueológicos com gravuras (Chã da Rapada, Gião, Penedo do Matrimónio, Mão do Homem, entre outros). A representação de dedos apenas surge em gravuras, não existindo até ao momento motivos antropomórficos com estas extremidades executados através de pintura esquemática, situação que seria mais fácil do ponto de vista técnico. Esta opção tipológica poderá ser reflexo de um novo universo conceptual, expresso pelo poder emanado de duas mãos bem abertas, com os dedos bem separados, morfologia inexistente na iconografia Neolítica ou Calcolítica. O período seguinte, de mudança muito rápida e de exacerbada complexificação social, poderá necessitar da presença apaziguadora ou controladora destas entidades, correspondendo assim a uma representação da tão desconhecida e descaracterizada arte da Idade do Bronze.

As gravuras existentes no esteio da Pedra dos Mouros adquirem assim uma difícil atribuição cronológica, podendo por um lado recuar a momentos proto-históricos, ou, por outro, serem reflexo da cristianização e laicização do próprio local, sendo a moeda do século XVIII encontrada por Carlos Ribeiro durante a escavação da anta um reflexo dessa presença contínua. Como já referido desde a década de 60 do século XX (CASTRO, 1961, p. 259), até aos primeiros anos do novo milénio (CARDOSO & BOAVENTURA, 2011, p. 302) as gravuras e área em redor da mesma foram alvo de sucessivos reavivamentos, gravações e grafitis, tornando-as irreconhecíveis, mas revelando a intemporalidade da necessidade de marcação pessoal num local considerado especial.

### 2.3 – Laje das Insculturas

A denominada Laje das Insculturas (CNS 13714) localiza-se na freguesia da Mina, concelho da Amadora, tendo sido identificada a 21 de Dezembro de 1974 por António González durante trabalhos de prospecção arqueológica. Trata-se de um grande afloramento calcário, de configuração rectangular encontrando-se disposto horizontalmente na margem da ribeira da Falagueira e muito próximo de uma nascente, tendo sido identificados dois antropomorfos esquemáticos e outros traços indeterminados.

Em 1999, no âmbito dos trabalhos de realocação de sítios arqueológicos do concelho promovido pelo Museu Municipal da Amadora, foram efectuados trabalhos de arqueológicos no sítio, sendo a responsabilidade científica de Gisela Encarnação. Estes trabalhos consistiram numa primeira fase da remoção através de meios mecânicos dos sedimentos contemporâneos que cobriam a laje e posterior limpeza manual da mesma. (ENCARNAÇÃO, 2003). Verificou-se que o curso da ribeira foi desviado, passando a correr directamente sobre o afloramento calcário o que levará a problemas de preservação. Junto da laje foi identificado um tanque e respectiva caleira de desvio de água, de cronologia recente. Foi efectuado registo fotográfico geral e de pormenor da laje, bem como decalque das gravuras. Actualmente o sítio encontra-se novamente coberto por sedimentos não sendo possível a sua visualização.

Face à especificidade do contexto arqueológico foi pedido parecer ao extinto Centro Nacional de Arte Rupestre (CNART) cuja resposta efectuada pelo seu director António Martinho Baptista foi esclarecedora dizendo que embora a tipologia deste tipo de representações possa encontrar paralelos em morfologias da denominada arte do Noroeste Peninsular, o ordenamento espacial das figuras bem como a pátina levam-no a sugerir que estas gravuras não sejam de tempos pré-históricos. Refere ainda que pretende efectuar visita ao sítio arqueológico e assim poder observar directamente as gravuras, facto apenas realizado através de fotografia. Porém, segundo informação da arqueóloga responsável, esta visita técnica nunca foi realizada, tendo ficado o estudo da Laje das Insculturas suspenso.

Além da respectiva ficha no Endovélico, onde surge erradamente classificada como estela, apenas existe a referência à Laje das Insculturas na Carta Arqueológica da Amadora (MIRANDA *et al.*, 1999, p. 23) onde é referido que não foram identificadas estruturas ou sequências estratigráficas associadas à laje, sendo a cronologia indeterminada. É apenas apresentada uma fotografia dos motivos gravados sendo difícil a sua correcta percepção (Fig. 7).

Trata-se assim de um afloramento de grandes dimensões, disposto horizontalmente, mas com inclinação para o leito da ribeira, mostrando abundantes linhas de fracturação próprias do substrato rochoso (calcário e margas). Reconhecem-se através de fotografia duas morfologias de cariz antropomórfico, localizadas em planos distintos, a do lado esquerdo num plano ligeiramente inferior que a do lado direito.

O motivo do lado esquerdo é formado por um traço vertical, do qual parte do seu lado esquerdo e na área superior outro pequeno traço perpendicular, sendo que na zona mais inferior um traço semicurvo corta o traço central. Trata-se assim de um antropomorfo esquemático com a representação apenas da extremidade

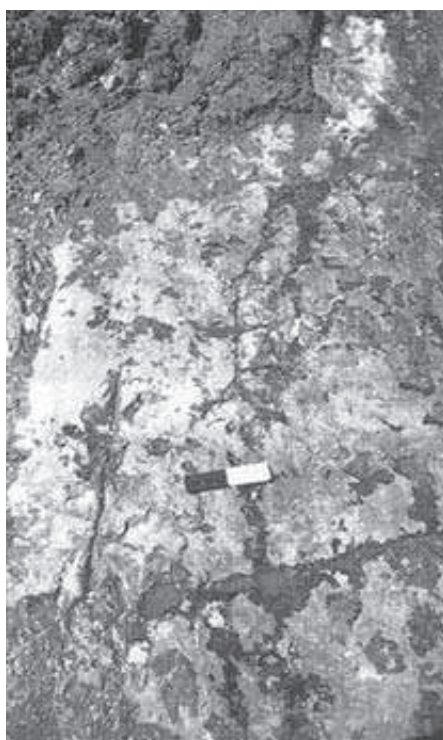


Fig. 7 – Laje das Insculturas – antropomorfos esquemáticos – imagem retirada de MIRANDA *et al.*, 1999; decalque efectuado sobre fotografia por A. Martins.

superior esquerda (braço) e membros inferiores (pernas) arqueados, mostrando a representação exacerbada do sexo masculino.

O segundo motivo é constituído por um traço central vertical, cortado na área superior por outro perpendicular, sendo que na zona inferior o traço central bifurca-se dando origem a dois pequenos traços oblíquos. Corresponde assim a um antropomorfo esquemático com representação de extremidades superiores rectas – braços abertos lateralmente – e extremidades inferiores – pernas abertas – revelando algum tipo de movimento. Não é possível estabelecer diferenciação sexual.

Visualizam-se ainda diversos traços, de distintas dimensões e profundidade, alguns dos quais considerados antrópicos, mas que apenas após um correcto levantamento de todas as evidências gráficas, bem como uma avaliação geológica especializada (tendo em conta as características da bancada calcária), poderão ser considerados como integrantes do reportório iconográfico.

A integração destes motivos antropomórficos mostra-se bastante problemática, podendo, tal como referido anteriormente, fazer parte de gramáticas figurativas pré-históricas – com paralelos tipológicos em sítios com pinturas e gravuras esquemáticas Neolíticas e/ou Calcolíticas – relacionadas com a presença da nascente e da própria ribeira, funcionando como figuras propiciadoras ou sacralizadoras de um local especial. A possível diferenciação sexual dos dois antropomorfos, em que num deles surge deliberadamente marcado o elemento fálico, poderia ser também interpretada como a presença de um casal mitográfico, ou, par sagrado, comum em diversos sítios com arte rupestre.

Numa outra abordagem interpretativa, quiçá mais verosímil, poderão fazer parte de um conjunto arqueológico constituído pelas estruturas adjacentes (tanque e caleira), onde, acções quotidianas seriam efectuadas neste local pelas populações locais, atribuindo assim uma cronologia de época moderna.

## 2.4 – Casal Leitão

O sítio arqueológico do Casal Leitão localiza-se na freguesia de Reguengo Grande, concelho da Lourinhã e é formado por dois contextos distintos: um menir decorado e duas rochas com gravuras. Este sítio não se encontra referenciado na base de dados Endovélico existindo apenas uma publicação de autoria de Isabel Mateus e Simão Mateus (2008). Neste artigo os investigadores descrevem as circunstâncias do achado e os trabalhos efectuados, realizando uma descrição e enquadramento dos vestígios arqueológicos.

O designado Menir foi identificado em 1981 por Horácio Mateus, fazendo o monólito parte estruturante de uma pequena cabana de apoio ao trabalho agrícola, decorrendo os trabalhos de prospecção na área em redor durante os anos seguintes tendo sido identificados materiais arqueológicos (espólio osteológico e cerâmica) e um ídolo de calcário. Em 1990 foram identificadas duas rochas com gravuras rupestres localizadas a cerca de 200 m da área anteriormente prospectada (MATEUS & MATEUS, 2008). Os autores consideram estar perante os vestígios de um recinto megalítico, formado por uma estrutura tipo *tholos*, totalmente destruída segundo informações locais, de onde provinham os materiais arqueológicos identificados.

O menir do Casal Leitão é de arenito e de formato cilíndrico, mostrando afeição no terço superior, levando a que a extremidade adquira um formato pontiagudo. Tem 2,13 m de altura e cerca de 1,70 m de perímetro na base, exibindo gravuras em ambas as faces. Estas são formadas por sulcos profundos e parecem representar uma morfologia antropomórfica, adaptada à morfologia do suporte.

O carácter fálico do monólito encontra-se expresso no afeição da extremidade superior, que está separada do resto do corpo por um traço horizontal, que poderia representar a glande. Abaixo deste traço surge um círculo, no interior do qual foram executadas três covinhas e dois traços verticais, interpretados

como representação de cara, olhos, narinas e boca (MATEUS & MATEUS, 2008, p. 40). Na parte inferior do monólito surgem dois traços verticais semicurvados que representarão o corpo do motivo antropomórfico, não mostrando membros superiores ou inferiores. No reverso do menir surgem apenas diversas covinhas, o traço inciso horizontal que corresponderá à glande e alguns traços de menores dimensões (Fig. 8).

A iconografia presente neste menir mostra-se assim original tendo em conta a gramática figurativa existente na denominada arte Megalítica do sul do território Português. A representação semi-naturalista de uma cara, onde são

visíveis olhos, nariz, boca e contorno da face não corresponde à iconografia típica presente nos menires, nem nas estátuas-menires ou mesmo nas estelas da Idade Bronze ou Idade do Ferro. O afeiçoamento antrópico da extremidade superior, demarcado por uma incisão horizontal que contorna todo o monólito atribui-lhe morfologia marcadamente fálica, iconografia frequente na arte megalítica.

As gravuras rupestres do Casal do Leitão localizam-se em rochas margosas, não se percebendo na publicação se se trata de afloramentos ou de blocos depositados no local como referido (MATEUS & MATEUS, 2008, p. 41). Os autores apresentam fotografia das rochas visualizando-se a marcação a giz das gravuras para melhor visualização destas, bem como decalque esquemático dos motivos.

A rocha por nós designada de rocha 1 mostra genericamente três gravuras dispostas verticalmente, correspondendo o motivo superior a uma representação de mão e antebraço, sendo perceptíveis cinco dedos e área do antebraço até ao pulso. Parece ser a representação de uma mão esquerda visualizando-se junto do dedo mais à direita (o polegar) um pequeno círculo ou covinha. Na área inferior da rocha surge um motivo circular aberto na zona inferior de onde saem dois pequenos traços verticais. Dentro deste círculo surgem algumas linhas e motivos triangulares, surgindo ainda mais dois triângulos na parte exterior do círculo, estando um dos triângulos inserido dentro do outro. Os autores interpretam a gravura circular como uma representação de um recinto funerário enquanto as morfologias triangulares simbolizam o triângulo púbico adquirindo assim uma conotação sexual à composição gráfica (MATEUS & MATEUS, 2008, p. 41) (Fig. 9).

A rocha 2 mostra um motivo geométrico formado por duas linhas semi-curvas que terminam em dois traços rectos, podendo representar uma morfologia muito idêntica à existente na rocha 1, ou seja, um círculo (neste caso semicírculo) aberto na área inferior por dois pequenos traços. No interior surgem sete covinhas distribuídas por toda a área circular, visualizando-se ainda alguns traços semicurvados numa área exterior à morfologia circular (Fig. 10).

A interpretação deste reportório iconográfico, quer do existente no menir como nas rochas gravadas, mostra-se bastante problemática, principalmente porque esta avaliação foi apenas feita baseada em fotografias e decalques esquemáticos. Apenas após o levantamento e descrição pormenorizada dos motivos, caracterização tipológica e geológica das rochas, poderão ser apresentadas hipóteses interpretativas.

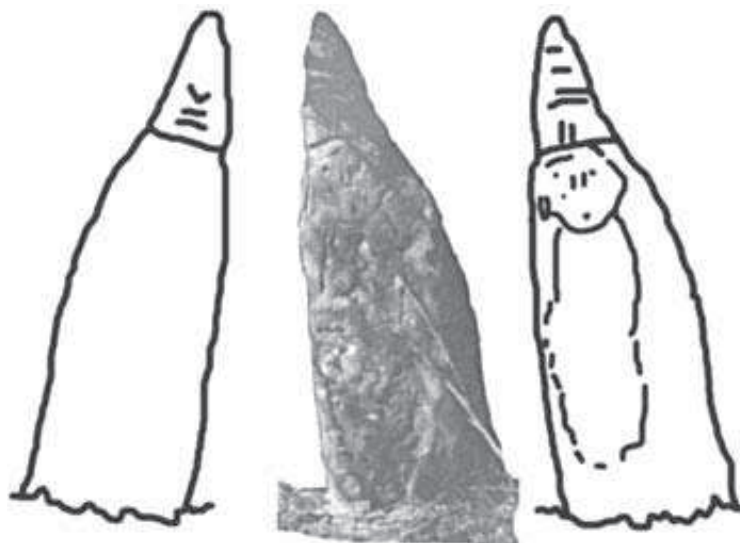
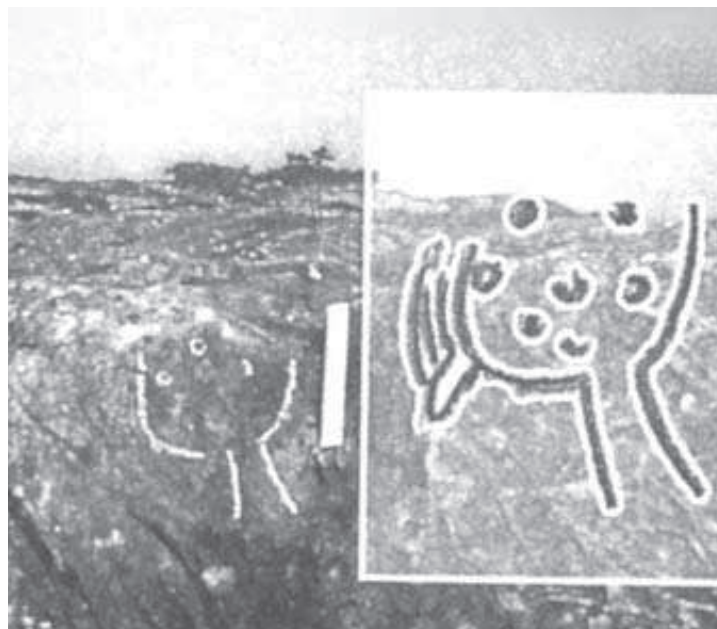


Fig. 8 – Menir do Casal do Leitão – decalque e fotografia (segundo MATEUS & MATEUS, 2008, p. 41).



**Fig. 9** – Rocha 1 do Casal do Leitão – fotografia e decalque sobre fotografia (segundo MATEUS & MATEUS, 2008, p. 41).



**Fig. 10** – Rocha 2 do Casal do Leitão – fotografia e decalque sobre fotografia (segundo MATEUS & MATEUS, 2008, p. 41).

O Menir do Casal do Leitão e as gravuras do Casal do Leitão poderão fazer parte de um recinto megalítico, como sugerido pelos investigadores, sendo este constituído por diferentes contextos (*tholos*, menir e rochas gravadas) que fariam parte de um mesmo programa conceptual e simbólico.

## 2.5 – Pedra Redonda

O sítio arqueológico denominado de Pedra Redonda (CNS 25035) encontra-se apenas referenciado na base de dados Endovélico da DGPC, surgindo classificado como um sítio de arte rupestre como um sítio de arte rupestre. Localiza-se no concelho de Alcobaça, freguesia de Benedita, sendo a descrição existente muito sintética: Trata-se de uma gravura rupestre, não especificando a tipologia ou morfologia, que se encontra oculta, tapada com brita junto à estrada, sendo o proprietário de Pedra Redonda. Como cronologia é atribuída a Idade do Bronze.

Não foi encontrada qualquer referência bibliográfica sobre este sítio arqueológico sendo que apenas a consulta do processo no Arquivo de Arqueologia poderá dar mais alguma informação.

## 2.6 – Lapa dos Coelhoos

A Lapa dos Coelhoos é o primeiro sítio arqueológico abordado neste trabalho que se localiza no Maciço Calcário Estremenho, razão pela qual será aqui efectuada uma breve descrição geológica e geomorfológica da área em questão, descrição esta aplicável aos sítios a seguir descritos.

### 2.6.1 – Enquadramento geomorfológico e geológico

O Maciço Calcário Estremenho (MCE) localiza-se na fachada atlântica da Península Ibérica, no centro do território português, na região da Estremadura, e constitui uma importante referência geomorfológica para toda a região, sendo caracterizado pela presença de várias formas cársticas, desde campos de lapiás às grutas e cavidades subterrâneas.

A sua designação foi estabelecida por A. Martins na década de 1940 (MARTINS, 1949, p. 27), procurando deste modo obter uma terminologia homogénea e agregadora para toda esta região, terminando assim com a disparidade de designações provenientes dos numerosos topónimos. O MCE é caracterizado por um conjunto de três relevos, com uma forma alongada na direcção NE-SW, que se destacam na paisagem: a Serra dos Candeeiros, Serra de Santo António e a Serra de Aire (MARTINS, 1949), separados entre si por dois acidentes tectónicos: um entre Rio Maior e Porto de Mós (que originou a depressão de Mendiga) e outro entre Porto de Mós e Moitas Vendas (que originou as depressões de Alvados e Minde). O ponto mais elevado da Estremadura localiza-se na Serra d' Aire a 677 m acima do nível do mar.

A Serra de Aire é um relevo anticlinal alongado na direcção Este-Nordeste, cujas vertentes são rasgadas por alguns vales. A elevada erosão cárstica é observada pela presença de extensos campos de lapiás e algares profundos nas vertentes setentrionais, sendo que algumas lapas e algares apresentam depósitos de clastos angulosos de calcário, revelando assim restos da antiga cobertura das vertentes da serra formada em períodos mais frios (MANUPPELLA *et al.*, 2000, p. 14).

Do ponto de vista geológico, esta região é caracterizada, como o próprio nome indica, pelos calcários do Jurássico, nomeadamente do Dogger, que se apresentam com elevado grau de pureza e com grande espessura (910 m) (RODRIGUES *et al.*, 2002, p. 24).

A sul do MCE surge a Bacia do Tejo, que é a bacia hidrográfica com maior expressão no nosso território, sendo que a área em estudo corresponde a parte do seu troço mais aplanado, a jusante da confluência com o Zêzere. Corresponde a uma fossa alongada de NE para SW, que se aprofunda para SW, e o enchimento, cuja espessura atinge cerca de 1400 m (RIBEIRO *et al.*, 1979), é sub-horizontal, exceptuando na zona de contacto da margem direita em que o MCE cavalga o enchimento terciário.

A Lapa dos Coelhoos é uma entrada, actualmente preenchida por sedimentos arqueológicos, do complexo cárstico da Gruta do Almonda que se desenvolve no Arrife da Serra d'Aire, formando um labirinto de galerias subterrâneas actualmente com cerca de 14 km de extensão reconhecidos (MANUPPELLA *et al.*, 2000, p. 15).

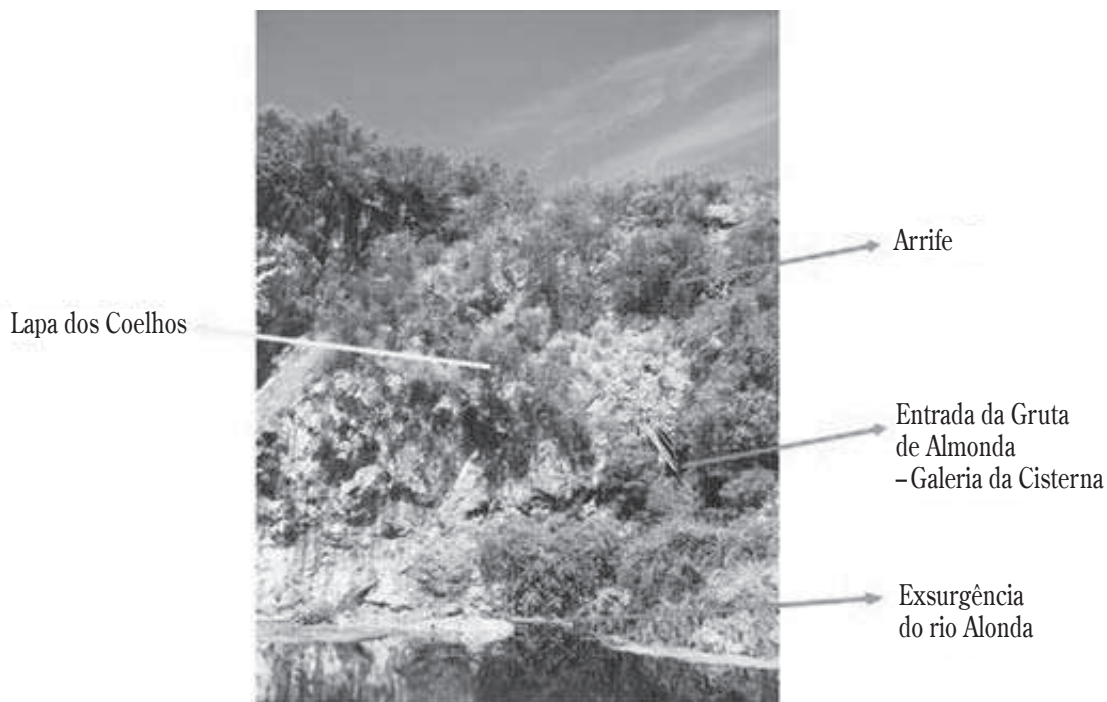
Administrativamente pertence à freguesia da Pedrogão, concelho de Torres Novas, distrito de Santarém.

Localiza-se na encosta sobranceira à nascente do rio Almonda, na própria escarpa de falha que recebe localmente o nome de Arrife, apresenta orientação NE-SW, estando inclinada para NW. Esta área corresponde ao contacto entre a Bacia do Tejo e o MCE, constituindo-se como a fronteira entre dois ambientes ecológicos e geográficos muito distintos. Na parte inferior da escarpa localiza-se a nascente do rio Almonda, resultado da circulação de água através da imbrincada rede de galerias cársticas que constituem a Gruta do Almonda. Esta exsurgência encontra-se permanentemente submersa, desde a primeira metade do século XX, após a construção de uma represa pela fábrica da empresa Renova.

Os calcários onde a Lapa dos Coelhoos se encontra correspondem ao Jurássico Médio (Dogger), na fácies J2MT (Calcários e Dolomitos de Montinhoso), que se diferenciam pelo seu maior grau de dolomitização, com uma espessura variável entre 90 e 100 m, distribuindo-se ao longo da falha de cavalgamento (MANUPPELLA *et al.*, 2000, p. 34).

A Lapa dos Coelhoos encontra-se virada a sul, a uma altitude considerável – cerca de 40m, com excelente exposição solar e visibilidade, localizando-se a nascente do rio Almonda na parte inferior da escarpa (Fig. 11).





**Fig. 11** – Lapa dos Coelhos – localização no Arrife, visualizando-se a nascente do rio Almonda (imagem de A. Martins).

### 2.6.2 – O contexto arqueológico: historiografia e estratigrafia

A Lapa dos Coelhos foi identificada em 1988 por João Maurício que encontrou à superfície alguns artefactos líticos de cronologia paleolítica, no âmbito de trabalhos de prospecção espeleo-arqueológica da Gruta do Almonda. A sua designação foi atribuída graças à abundância de restos faunísticos de lagomorfos nesta pequena cavidade, bem como a existência de diversas tocas destes animais. Porém, o difícil acesso à entrada da lapa, só acessível com equipamento de escalada retardou o início dos trabalhos arqueológicos, sendo que, estes se iniciaram sob direcção científica de Francisco Almeida, apenas em 1997, após a colocação de infra-estruturas de acesso (ALMEIDA *et al.*, 2004). A intervenção arqueológica ficou integrada no âmbito de vários projectos de investigação que visavam o estudo do complexo cársico da Gruta do Almonda e sua ocupação humana, ocorrendo campanhas anuais entre 1997 e 2010, com colaboração de diversos investigadores.

A Lapa dos Coelhos corresponde ao CNS 23122, estando classificada como IIP (Imóvel de Interesse Público).

No decorrer da primeira campanha, em 1997, foram visualizadas e identificadas, por um dos membros da equipa – Maria Armanda Teixeira – as pinturas rupestres desta lapa. Estas representações pictóricas, localizadas no exterior da cavidade, foram em 1999 observadas por elementos do extinto CNART, que as classificaram como de período pós-paleolítico, nomeadamente o ramiforme como sendo da Idade do Bronze.

No início dos trabalhos arqueológicos, a cavidade, apresentava um contorno aproximadamente triangular, com uma área de cerca de 8 m<sup>2</sup>, variando a altura do topo do preenchimento sedimentar em relação ao tecto da gruta entre 0,20 m e 3 m (chaminé no canto Noroeste). Decorridas várias campanhas de escavação constata-se que a cavidade apresenta uma morfologia sob o formato de um corredor de orientação Este-Oeste, acompanhando a diáclase, estando a sua área útil alargada (ALMEIDA *et al.*, 2004, p. 158) (Fig. 12).

A escavação arqueológica revelou uma complexa sucessão estratigráfica definida em 13 camadas, que correspondem a diferentes momentos de deposição sedimentar, sendo a mais antiga de cronologia moustierense, seguindo-se uma ocupação gravetense e outra solutrense, e um importante nível de ocupação magdalenense. Os níveis superiores correspondem a camadas muito afectadas por fenómenos pós-deposicionais, de onde provém os materiais arqueológicos de cronologia mais recente (pré-história recente e época moderna) (MARTINS, 2014).

Os níveis mais recentes são constituídos pelas camadas 0, 1 e 2 (que correspondem a uma potência sedimentar de cerca de 50 cm) e que representam a parte superior de um solo de tipo rendzina de vertente, que se desenvolveu a partir do preenchimento da gruta, sendo ambas de cronologia pós-paleolítica (ALMEIDA *et al.*, 2004, p. 164). Estas camadas foram totalmente afectadas por diversos processos pós-deposicionais, quer através de remeximentos antrópicos, quer pela bioturbação provocada pelas inúmeras tocas de pequenos roedores e pelas abundantes raízes. Foram escavadas na íntegra, verificando-se que na área exterior à linha de pingo do abrigo a quantidade de materiais arqueológicos é muito reduzida contrastando com os identificados no interior da cavidade. A escavação na superfície exterior do abrigo revelou que a configuração dos calcários de base mostram uma forte inclinação para o exterior, levando a que os contextos arqueológicos estejam aqui muito mal preservados originando a presença de cerâmicas de cronologia moderna juntamente com materiais pré-históricos. (MARTINS, 2014)



Fig. 12 – Lapa dos Coelhos – vista geral da cavidade (MARTINS, 2014).

### 2.6.3 – O dispositivo iconográfico

O dispositivo iconográfico da Lapa dos Coelhos localiza-se na parte exterior, mais concretamente entre 1 a 1,5 metros do limite da entrada, na parede do lado direito. Os motivos localizam-se num mesmo sector, que pode ser articulado em dois painéis de acordo com o plano em que se situam e com a diferente altura, o que serve para diferenciar os registos: o superior como painel 1 e o inferior como painel 2. A superfície está orientada a Sul, tendo visibilidade ampla.

O painel 1, localizado num plano mais elevado, encontra-se em muito mau estado de conservação estando os restos de pintura muito esbatidos e indefinidos, sendo por esta razão a sua percepção mais difícil. O segundo painel corresponde a uma marmita de parede, ou vaga de erosão, também orientada a sul, na parte actualmente exterior da entrada, sendo perfeitamente perceptível desde a área mais afastada da plataforma. Esta marmita de parede encontra-se coberta por um manto de uma formação lito-química (calcite) que ocupa toda a área pintada (MARTINS, 2014).

Todas as pinturas foram executadas com um pigmento de coloração vermelha, adquirindo em algumas áreas tonalidades mais claras.

**Painel 1:** Constituído por uma superfície de disposição vertical, morfologia irregular devido à fracturação do suporte previamente à execução gráfica, tendo por dimensões 0,20 m de altura, 0,44 m de largura e a 1,54 m do solo (Figs. 13 e 14).

**Motivo 1** – Conjunto de dois pontos de morfologia irregular tendente a elipsoidal, com contornos mal definidos, tendo entre 1 e 2 cm de comprimento máximo. Nas superfícies superior e inferior do primeiro ponto surgem pequenas manchas de pigmento. Encontra-se na extremidade esquerda do painel. O estado de conservação é muito deficiente sendo difícil definir o método de aplicação do pigmento.

**Motivo 2** – Morfologia caracterizada como um motivo indeterminado. Apresenta forma irregular de tendência a elipsoidal, aberta na zona superior e que se encontra num estado de conservação muito deficiente, não sendo possível definir o método de aplicação do pigmento. Constituída por dois traços verticais de formato curvilíneo, irregulares, que se juntam na extremidade inferior, surgindo várias manchas de pigmento quer no interior do motivo como no exterior. Apresenta cerca de 13 cm de comprimento máximo e 8 cm de largura máxima e localiza-se cerca de 5 cm à direita do motivo 1.

**Motivo 3** – Conjunto de dois pontos de morfologia circular, com contornos bem definidos. Encontram-se juntos, estando ligados na superfície inferior, apresentando o da esquerda cerca de 1 cm de diâmetro e o da direita 2 cm de diâmetro máximo.

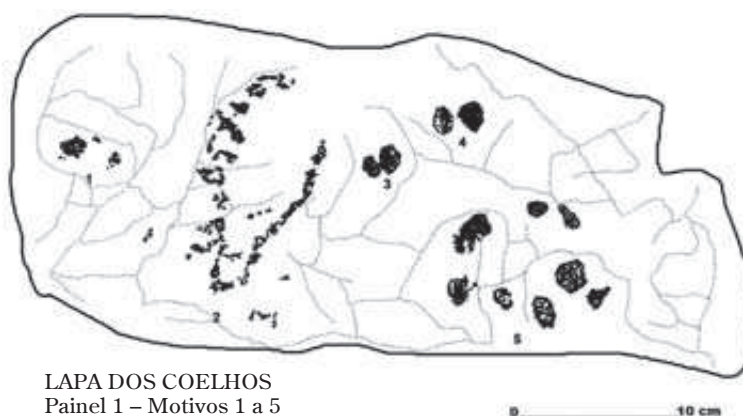


Fig. 13 – Lapa dos Coelhos – painel 1 – decalque (MARTINS, 2014).

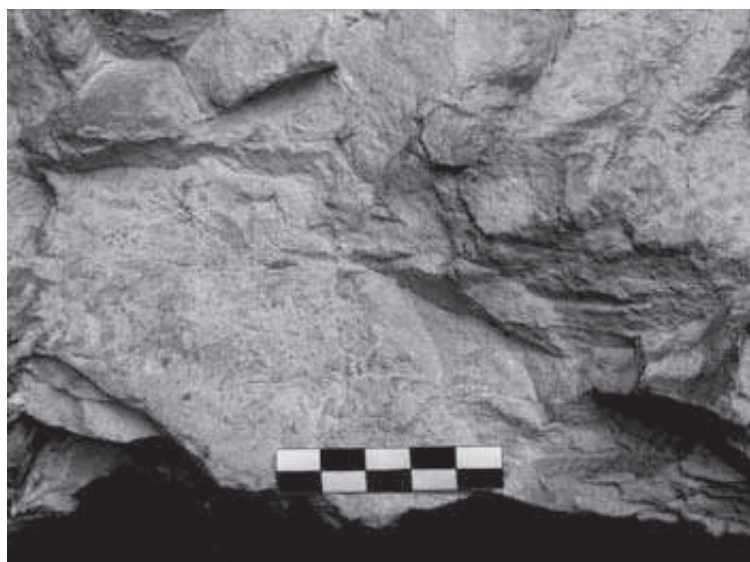


Fig. 14 – Lapa dos Coelhos – painel 1 – dispositivo iconográfico (imagem de A. Martins).

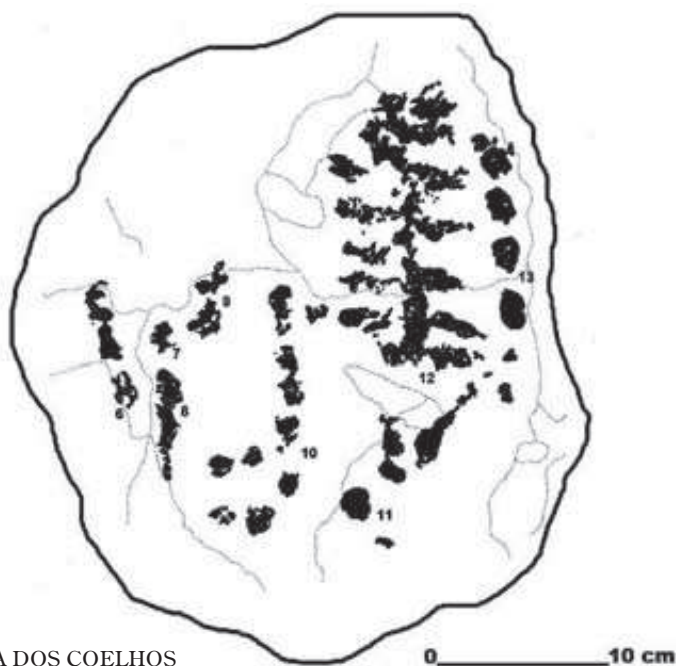
Encontra-se 3 cm à direita do motivo 2. O estado de conservação é muito deficiente sendo difícil definir o método de aplicação do pigmento.

**Motivo 4** – Conjunto de dois pontos de morfologia circular, com contornos bem definidos, sendo que o da esquerda mostra falta de pigmento no preenchimento interior. Encontram-se separados, dispostos lado a lado, tendo 2 cm de diâmetro máximo, localizando-se 3 cm à direita do motivo 3 num plano superior. O estado de conservação é muito deficiente sendo difícil definir o método de aplicação do pigmento.

**Motivo 5** – Conjunto de oito pontos de morfologia irregular, variando entre circular e elipsoidal, de contornos bem definidos mas apresentando cinco deles alguma ausência de pigmento no preenchimento interior. Formam uma morfologia aberta com tendência circular, com cerca de 10 cm de comprimento máximo, localizando-se na extremidade direita do painel. As dimensões dos pontos variam entre 1 e 2,5 cm de diâmetro máximo, sendo o estado de conservação muito deficiente impossibilitando a definição do método de aplicação do pigmento (MARTINS, 2014).0

**Painel 2** – Localiza-se numa superfície de disposição vertical, que se destaca pela sua configuração de tipo “nicho”, num plano mais interior e inferior relativamente ao painel 1, com uma morfologia irregular devido à fracturação do suporte e a concreções calcíticas ténues (fenómenos estes anteriores à execução gráfica), com 42 cm de altura, 44 cm de largura e a 127 cm do solo (Figs. 15 e 16).

**Motivo 6** – Na extremidade esquerda do painel encontra-se um conjunto de três pontos, de morfologia irregular com tendência elipsoidal. Surgem alinhados na vertical e apresentam contornos muito mal definidos, sendo que o inferior mostra ausência de pigmento no seu interior. Pela sua disposição sugerem a configuração de uma barra vertical, encontrando-se inclinada para o lado



LAPA DOS COELHOS  
Painel 2 – Motivos 6 a 13

**Fig. 15** – Lapa dos Coelhos – painel 2 – decalque (MARTINS, 2014).



**Fig. 16** – Lapa dos Coelhos – painel 2 – dispositivo iconográfico (imagem de A. Martins).

direito. Os pontos apresentam cerca de 2 cm de comprimento, sendo o estado de conservação muito deficiente impossibilitando a definição do método de aplicação do pigmento.

**Motivo 7** – Morfologia caracterizada como um ponto circular apresentando os contornos muito mal definidos. Tem 1,5 cm de diâmetro e localiza-se 2,5 cm à direita do motivo 6. O estado de conservação muito deficiente impossibilita a definição do método de aplicação do pigmento.

**Motivo 8** – Morfologia caracterizada como uma barra vertical, sendo mais estreita na base e mais larga no topo, estando os contornos mal definidos. Tem cerca de 6 cm de comprimento e 1 cm de largura na área central, localizando-se na parte inferior do motivo 7 e do lado direito do motivo 6. Possivelmente esta morfologia estaria ligada ao ponto superior, contudo o deficiente estado de conservação do pigmento não permite actualmente essa visualização, bem como a definição do método de aplicação.

**Motivo 9** – Conjunto de dois pontos de morfologia irregular, tendente a elipsoidal, com contornos mal definidos, estando alinhados na vertical. Têm cerca de 2,5 cm de comprimento máximo e localizam-se 1,5 cm à direita do motivo 7. O estado de conservação muito deficiente impossibilita a definição do método de aplicação do pigmento.

**Motivo 10** – Conjunto de dez pontos de morfologias circulares e elipsoidal, a maioria com os contornos mal definidos e três deles apresentando falta de pigmento no preenchimento interior. Cinco pontos encontram-se alinhados na vertical, estando outros quatro agrupados em pares na área inferior formando como que uma morfologia semi-elipsoidal aberta. O último ponto encontra-se na área superior mais à direita. Têm entre 1 e 3 cm de comprimento/diâmetro máximos, localizando-se 5 cm à direita dos motivos 8 e 9. O estado de conservação muito deficiente impossibilita a definição do método de aplicação do pigmento.

**Motivo 11** – Morfologia caracterizada como um ponto circular apresentando contornos regulares, com 1,8 cm de diâmetro máximo. Na superfície inferior surge uma pequena mancha de pigmento sem morfologia definida. A morfologia localiza-se 5 cm à direita da base do motivo 10 e na área inferior do motivo 12. O estado de conservação muito deficiente impossibilita a definição do método de aplicação do pigmento.

**Motivo 12** – Morfologia caracterizada como um motivo ramiforme, apresentando 26 cm de altura e 9 cm de largura. É constituído por uma linha vertical, de contornos mal definidos, da qual partem, de ambos os lados, linhas rectilíneas, ortogonais em relação à central. Do lado esquerdo surgem assim oito linhas e do lado direito seis linhas, que são mais compridas na área central da figura, ficando mais curtas no topo adaptando-se à morfologia do suporte. Na superfície inferior existem cinco manchas de pigmento que poderiam corresponder à parte terminal do ramiforme, estando porém separadas deste por uma zona de despreendimento do suporte. Localiza-se na zona mais interior da marmitta de erosão, ocupando todo o espaço disponível. A técnica de execução utilizada para aplicação do pigmento foi a digitação, técnica esta favorecida pelas próprias características do suporte (Fig. 17).

**Motivo 13** – Conjunto de cinco pontos de morfologia elipsoidal e contornos bem definidos. Localizam-se na extremidade direita do painel, do lado direito do motivo ramiforme, estando alinhados na vertical e enquadrando-se no suporte ficando assim na superfície terminal do nicho. Apresentam entre 1,5 e 2,5 cm de comprimento máximo e o seu bom estado de conservação permite afirmar que a técnica de execução utilizada para aplicação do pigmento foi a digitação. (MARTINS, 2014)

#### 2.6.4 – Interpretação e contextualização

O enquadramento geográfico da Lapa dos Coelhoos é seguramente um dos factores que condicionou o processo de criação gráfica, pois a sua localização destacada permite um amplo domínio e controle visual a partir da entrada, sendo que do exterior funciona como uma referência paisagística. Actualmente, o espaço da gruta é reduzido, contudo na Pré-História recente, momento ao qual podem ser atribuídas as pinturas, este era diferente. O nível do solo no interior da lapa pode descer entre 0,10 e 1,20 m, dependendo da camada que tomarmos por referência, o que implica um aumento da altura e consequentemente da potencial superfície de habitat (MARTINS, 2014).

O repertório temático é muito reduzido, tanto de um ponto de vista numérico assim como da densidade em relação às potenciais superfícies de gravação ou de pintura, que oferecem as paredes da gruta.

Foram caracterizados 13 motivos, que correspondem a 39 figuras, sendo predominantes os pontos (36). Os restantes motivos são uma barra, um motivo indeterminado e um ramiforme.

Na Lapa dos Coelhoos verifica-se a concentração de motivos iconográficos numa superfície reduzida, o que implica uma escolha prévia do local de gravação. O dispositivo iconográfico organiza-se em dois painéis claramente relacionados entre si, um superior e outro inferior. Além da sua altura distinta, individualizam-se por se situarem em planos diferenciados, sendo mais saliente o superior e mais interior o inferior.

O painel superior surge organizado horizontalmente, distribuindo-se os vários motivos num mesmo eixo horizontal e plano. Por outro lado, a organização do painel 2 foi totalmente condicionada pelo suporte, pois o motivo ramiforme (13) foi adaptado ao pequeno nicho existente na parede. Estes dois painéis poderão ter sido executados num mesmo momento, não observando diferenças de coloração, nem sobreposições entre motivos (MARTINS, 2014).

O motivo ramiforme parece dominar a composição figurativa sendo este tipo de morfologia relativamente comum no reportório iconográfico da Pintura Rupestre Esquemática (PRE). Os ramiformes são figuras que adquirem diversas interpretações consoante a sua morfologia específica. Podem ser interpretados como representações antropomórficas, representações vegetalistas e menos frequentemente como esquematizações



Fig. 17 – Lapa dos Coelhoos – ramiforme (imagem de A. Martins).

de armações de quadrúpedes (ACOSTA, 1968; MARTÍNEZ PERELLÓ, 1993, p. 320). O ramiforme da Lapa do Coelhos foi integrado na categoria de ramiforme vegetalista, apresentando um traço central vertical que corresponde ao tronco, cruzado por inúmeros horizontais de grandes dimensões, formando uma morfologia mais robusta e uniforme (MARTINS, 2014).

Através da análise do reportório iconográfico, suas características técnicas, tipológicas e morfológicas as pinturas deste abrigo foram integradas no ciclo artístico da Arte Esquemática Peninsular, nomeadamente no segundo período – Arte Esquemática Ideográfica – correspondendo do ponto de vista cronológico a uma baliza temporal desde finais do IV milénio a.C. até ao final do III milénio a.C.

A Lapa dos Coelhos localiza-se na área de contacto entre dois territórios e duas paisagens completamente diferentes: a Norte a Serra de Aire e Candeeiros e a Sul a Bacia Terciária do Tejo. Estes dois territórios teriam características sociais, económicas e ecológicas totalmente distintas, que poderiam ser complementares, sendo a Lapa dos Coelhos o local de fronteira ou de contacto entre estes dois mundos distintos. A presença de inúmeros sítios de habitat como a Pena d'Água, Cerradinho do Ginete, Eirinha, Laranjal do Cabeço das Pias, Arrife do Almonda, Casal João Dias, Terreirinho 2, Castelo Velho, Carreira Velha, Povoado do Vale da Pena, Costa do Pereiro, Forno do Terreirinho, Gafanheira, Arrife do Vale Capitão, entre outros, de cronologia balizada entre o Neolítico Antigo e o final do Calcolítico demonstram a intensa presença humana nesta região.

O mundo funerário encontra-se também muito próximo da Lapa dos Coelhos, sendo a entrada da Cisterna da Gruta do Almonda, localizada na base da escarpa do Arrife, utilizada como necrópole neolítica. Porém outras cavidades próximas foram também usadas como local de enterramento: Lapa da Bugalheira, Lapa da Canha longa, Lapa de Modeira, Abrigo Grande das Bocas, Lapa de Vale Negrinho, Buraca da Moura, Lapa dos Namorados, entre outras.

No entanto, apesar dos inúmeros sítios quer de habitat como de necrópole, o único local com iconografia rupestre é actualmente a Lapa dos Coelhos. Esta situação de excepção poderá ser entendida por diversos factores e com distintas hipóteses: a inexistência de prospecções arqueológicas direccionadas para a arte rupestre, as condicionantes de preservação das pinturas num ambiente cársico e calcário ou por outro lado a escolha deliberada da Lapa dos Coelhos neste território e paisagem. A sua localização, com amplo domínio da paisagem, facilmente visível mas de acesso restrito, no topo de uma nascente, foram certamente factores intrínsecos à sua simbologia e/ou função social.

## 2.7 – Lapa da Simoa

O sítio arqueológico designado por Lapa da Simoa (CNS 34743) localiza-se no concelho de Ourém e foi identificado por Adelaide Pinto no âmbito de um Estudo de Impacto Ambiental – A1 Alargamento Sublanço Torres Novas-Fátima. Este sítio apenas está referenciado na base de dados Endovélico.

Encontra-se descrito como uma pequena gruta, de entrada vertical, onde junto à entrada foi identificada uma rocha com duas covinhas antrópicas.

## 2.8 – Gruta da Moeda

A Gruta da Moeda localiza-se no concelho da Batalha, freguesia de São Mamede e corresponde a uma das grutas da Serra de Aire e Candeeiros alvo de exploração turística. Esta cavidade cársica foi identificada em 1971 por dois caçadores locais que após a entrada num pequeno algar verificaram que estavam numa



**Fig. 18** – Gruta da Moeda – representações de mãos (imagem cedida por João Luís Cardoso).

gruta de grandes dimensões. Continuaram a exploração da cavidade nos meses seguintes tendo identificado numerosas galerias e outras salas, juntando-se depois uma equipa de geólogos que efectuou o estudo da gruta, adaptando à visita ao público. A Gruta da Moeda apresenta várias entradas constituindo uma intrincada rede de galerias e túneis.

A referência à existência de arte rupestre na Gruta da Moeda é muito parcelar correspondendo apenas a algumas imagens a preto e branco onde se visualizam o que parecem ser várias morfologias de mãos, com dedadas bem marcadas, bem como manchas negras nas paredes da gruta (Figs. 18 e 19). Estas imagens foram produzidas por O. da Veiga Ferreira que visitou a gruta após a sua descoberta, não existindo no entanto qualquer referência à localização das pinturas, nem mais nenhuma informação sobre o contexto de identificação das pinturas.

Apenas trabalhos de prospecção intensiva poderão levar à relocalização destas manifestações gráficas, de extrema importância para a arte rupestre Portuguesa. Caso se confirme serem pinturas pré-históricas, possivelmente de cronologia Paleolítica, a Gruta da Moeda corresponderia ao segundo sítio arqueológico em contexto cársico com arte Paleolítica. A Gruta do Escoural, em Montemor-o-Novo, é até ao momento a única cavidade em Portugal com gravuras e pinturas rupestres de cronologia Paleolítica.

A Serra de Aire e Candeeiros constitui o maior sistema cársico do território, existindo numerosos sítios arqueológicos com ocupação Paleolítica em cavidades ou lapas, faltando no entanto identificar galerias que



conservem vestígios de manifestações gráficas. Apesar das condicionantes de conservação e preservação de possíveis vestígios pictóricos em galerias com uma dinâmica hídrica elevada, apenas trabalhos de prospecção intensiva, desenvolvidos por equipas transdisciplinares de arqueólogos e geólogos, poderão levar à identificação de pinturas ou gravuras. Esperemos efectuar estes trabalhos num futuro próximo.

## 2.9 – Abrigo do Lapedo

### 2.9.1 – Enquadramento geomorfológico e geológico

O Abrigo do Lapedo I localiza-se na margem esquerda da Ribeira da Caranguejeira que atravessa neste troço o denominado Vale do Lapedo. Administrativamente integra-se na freguesia de Santa Eufémia, concelho e distrito de Leiria.

O Vale do Lapedo apresenta-se como uma garganta relativamente curta e estreita, limitada lateralmente por paredes rochosas verticais ou sub-verticais e encostas muito íngremes, situação que contrasta com os sectores montante e jusante, onde o vale se apresenta amplo e com encostas suaves. A Ribeira da Caranguejeira é tributária direita do rio Lis e adquire várias terminologias ao longo do seu troço: para montante chama-se Ribeira da Caranguejeira, no vale encaixado tem o nome de Ribeira da Carrasqueira ou Ribeira do Lapedo e, a jusante, é denominada de Ribeira dos Frades.

Em termos geológicos, o vale localiza-se entre os sistemas calcários do Maciço Calcário Estremenho (MARTINS, 1949) e o de Condeixa-Sicó-Alvaiázere (SCSA) (CUNHA, 1990), sendo que a posição do Lapedo se pode considerar o limite setentrional do MCE, na região onde os calcários cretácicos se dobram e afundam debaixo dos sedimentos terciários que enchem a depressão tectónica de Leiria, um dos pontos de maior subsidência da região (ANGELUCCI, 2004, p. 6-7). Foi a composição principalmente carbonatada do MCE e do SCSA, e a sua situação geológico-estrutural, que proporcionou a acção dos processos de dissolução, levando ao desenvolvimento de numerosas cavidades de origem cársica e de abrigos. Estas características geomorfológicas são bem patentes no Vale do Lapedo, onde surgem abrigos de dimensões variáveis em ambas as margens da Ribeira da Caranguejeira.

Partindo de uma análise geomorfológica, o vale do Lapedo (no troço ainda com a denominação de Ribeira da Caranguejeira) inicia-se formando uma ampla curva, orientado a montante SSE-NNW, com a vertente esquerda curta e íngreme e a direita comprida e suave. Ao entrar propriamente no Vale do Lapedo muda de



**Fig. 19** – Gruta da Moeda – possíveis manchas de pigmento e sulcos aparentemente de origem animal ou humana (imagem cedida por João Luís Cardoso).

direcção para WSW (ANGELUCCI, 2002, p. 65), tornando-se ambas as vertentes estreitas e íngremes, podendo ser considerado como um amplo meandro encaixado, com abrigos e lapas, localizando-se na margem direita o Abrigo do Lapedo 1.

O abrigo pintado surge a meio do canyon, numa área encaixada, com paredes íngremes em ambas as margens e por isso com visibilidade reduzida. O acesso ao abrigo é muito fácil, localizando-se sobre a estrada que atravessa o vale do Lapedo.

### 2.9.2 – O contexto arqueológico: historiografia e caracterização do abrigo

O Abrigo do Vale do Lapedo 1 e as respectivas evidências gráficas foram localizados em 1998 por Pedro Ferreira, na altura estudante de História, variante de Património, na Universidade de Évora, durante a realização de um trabalho académico. De acordo com o regulamento existente na época, informou a extensão do extinto Instituto Português de Arqueologia (IPA) de Torres Novas, que após visita ao local elaborou um parecer. O documento, redigido a 9 de Dezembro de 1998 pela técnica superior G. Zambujo, refere que se observavam “[...] *uma figura humana e duas outras representações esquemáticas, cujo estado de conservação dificulta a sua compreensão, sendo no entanto possível adiantar uma cronologia que se situará entre o Calcolítico e a Idade do Ferro*” (Processo DGPC: 97/1 (744) – consultado no Arquivo de Arqueologia).

Ficou referenciado com o CNS 12807, sendo referido no Endovélico que “[...] *trata-se de um pequeno abrigo localizado na margem direita da Ribeira da Caranguejeira, sendo visível no tecto do mesmo duas figuras humanas esquemáticas, pintadas a ocre vermelho. São igualmente visíveis outros traços, cujo estado de conservação impede a sua identificação. Foi parcialmente destruído por uma estrada*”, sendo atribuída uma cronologia alargada desde do Neolítico, à Idade do Bronze e à Idade do Ferro.

O espaço decorado é um abrigo de dimensão média com cerca de 15 m de comprimento, altura variável entre 2,5 m na linha de pingo, 1,9 m na área central e 0,80 m na interior, tendo de profundidade cerca de 3 m. O abrigo encontra-se orientado a Sudeste e dispõe-se de acordo com o traçado do vale em que se situa, na margem direita da Ribeira da Caranguejeira, sendo a visibilidade reduzida quer pela localização em área encaixada do vale como pela exuberante vegetação (Fig. 20).

As dimensões do abrigo foram provavelmente reduzidas devido à abertura de uma estrada que atravessa todo o Vale do Lapedo acompanhando a ribeira da Caranguejeira e que passa mesmo em frente ao abrigo. Esta alteração antrópica foi efectuada pelo menos desde o período em que se iniciaram os trabalhos de laboração nos diversos moinhos de água presentes ao longo do vale, inicialmente com a abertura de caminho de pé posto e posteriormente com a construção desta via. A abertura desta estrada e consequente destruição parcial da área inferior do abrigo implica uma redução da altura mais exterior e da profundidade. A superfície superior



Fig. 20 – Abrigo do Lapedo – vista geral (imagem de A. Martins).

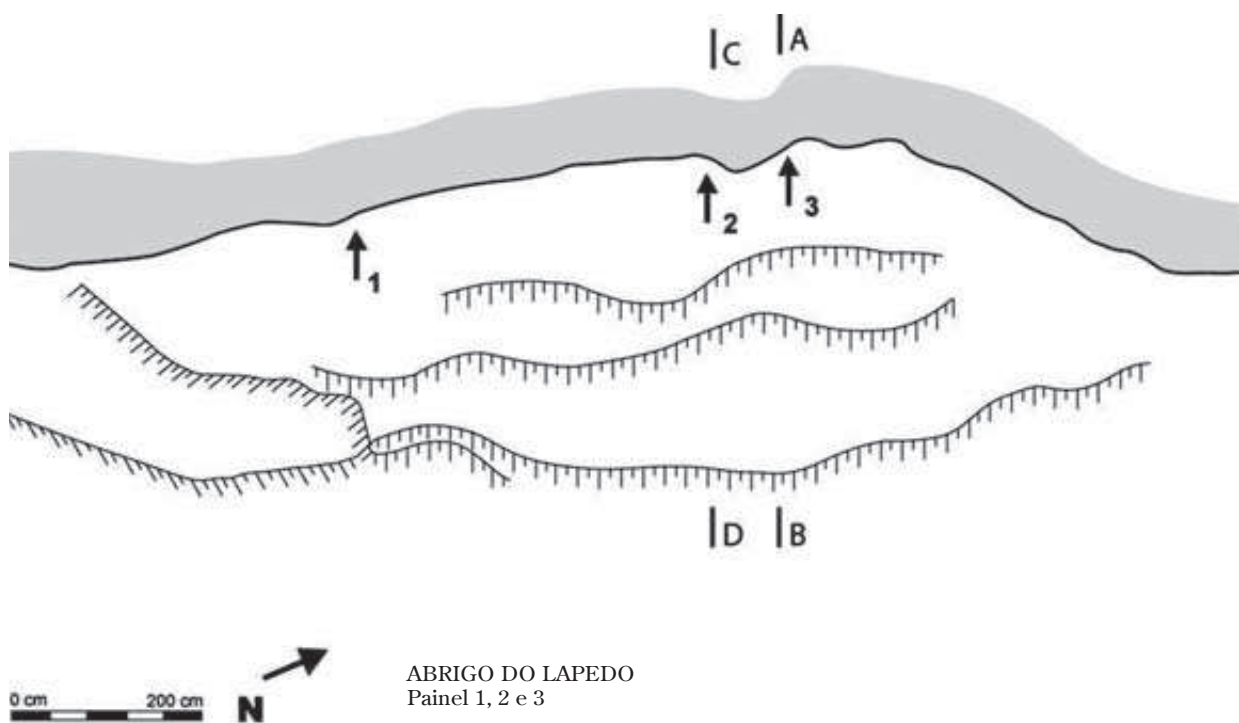


Fig. 21 – Abrigo do Lapedo – localização dos painéis (MARTINS, 2014).

do abrigo não foi afectada, estando a pala intacta, tornando-se possível aceder ao topo desta ao contornar os flancos do abrigo, alcançando assim maior domínio visual sobre o vale, quer para montante como para jusante (MARTINS, 2014).

As paredes calcárias do abrigo mostram na generalidade, um estado deficiente de conservação. Este terá sido originado pela fracturação das paredes, devido a processos de meteorização e à escassa estabilidade de placas ou pequenos fragmentos de parede. Também a colonização de organismos vegetais (inferiores e superiores tais como ervas), a acumulação de poeira nas paredes e a circulação de água nalguns sectores específicos (o que acelera o processo de dissolução) contribuem para o mau estado de conservação do abrigo.

Não foram identificadas, nem na superfície do solo, nem nas paredes, evidências de camadas sedimentológicas, o que nos leva a considerar a possibilidade de nunca terem existido ou de terem sido subsequentemente lavadas com o seu eventual conteúdo arqueológico (MARTINS, 2014).

### 2.9.3 – O dispositivo iconográfico

O dispositivo iconográfico localiza-se no tecto e na parede de fundo e é constituído por três painéis diferenciados espacialmente tendo em conta particularidades do suporte como orientação e fracturas (Fig. 21). Contêm representações esquemáticas pintadas, sendo o reportório temático muito reduzido. A plataforma do abrigo permite a permanência de cerca de cinco pessoas, sendo que a inclinação acentuada apenas possibilita a visualização das pinturas simultaneamente por duas pessoas.

**Painel 1:** Localiza-se no tecto do abrigo, numa área de morfologia plana mas com micro-relevo sinuoso. Este painel apresenta cerca de 0,20 m de comprimento por 0,28 m de largura e situa-se a 0,65 m do solo do abrigo.

**Motivo 1** – Morfologia caracterizada como um motivo geométrico, de subtipo duplo triângulo. Trata-se de uma forma linear, de pelo menos cinco linhas, que se cruzam angularmente, formando dois triângulos. Apresenta de medidas máximas 4 cm de altura e 2,5 cm de largura. A técnica de aplicação de cor foi realizada através da aplicação de um fragmento de corante em bruto e o seu estado de conservação é bom (Figs. 22 e 23).

**Painel 2:** Trata-se de uma superfície localizada numa superfície destacada da parede de fundo do abrigo, orientado para Oeste, de disposição oblíqua e morfologia plana. Este painel apresenta 0,45 m de comprimento por 0,28 m de largura e situa-se a 0,40 m do solo do abrigo.

**Motivo 2** – Morfologia caracterizada tipologicamente como uma figura antropomórfica. Constituída por um traço vertical, mais grosso na extremidade superior, cruzado a meio por outro ortogonal e no último terço surgem lateralmente dois traços oblíquos. Reconhece-se assim anatomicamente a região da cabeça e do tronco sem uma diferenciação explícita, as extremidades superiores ortogonais ao corpo, as extremidades inferiores rectas e em ângulo agudo em relação ao tronco e ainda o prolongamento da linha do tronco até à área inferior, o que poderá corresponder à representação muito desenvolvida do sexo viril, induzindo-nos claramente à atribuição de carácter masculino do motivo. A figura tem de dimensões máximas 10 cm de altura e 6 cm de largura. A técnica de aplicação da cor foi realizada através de

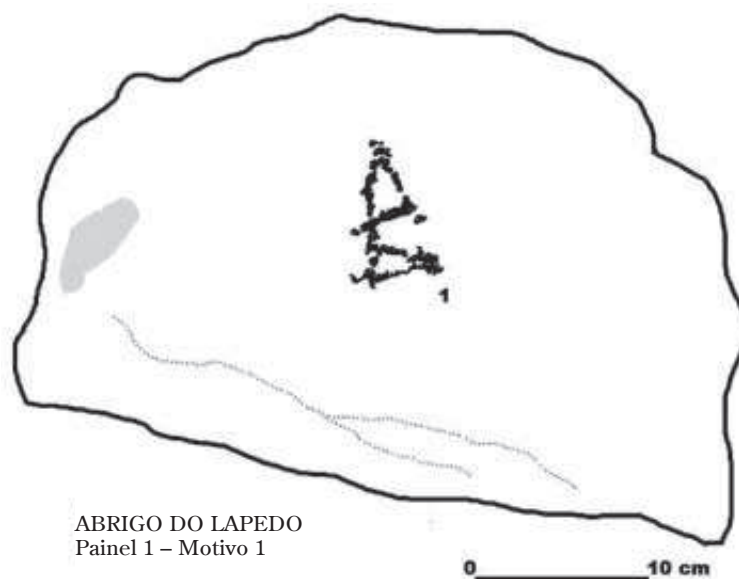


Fig. 22 – Abrigo do Lapedo – painel 1 – decalque (MARTINS, 2014)

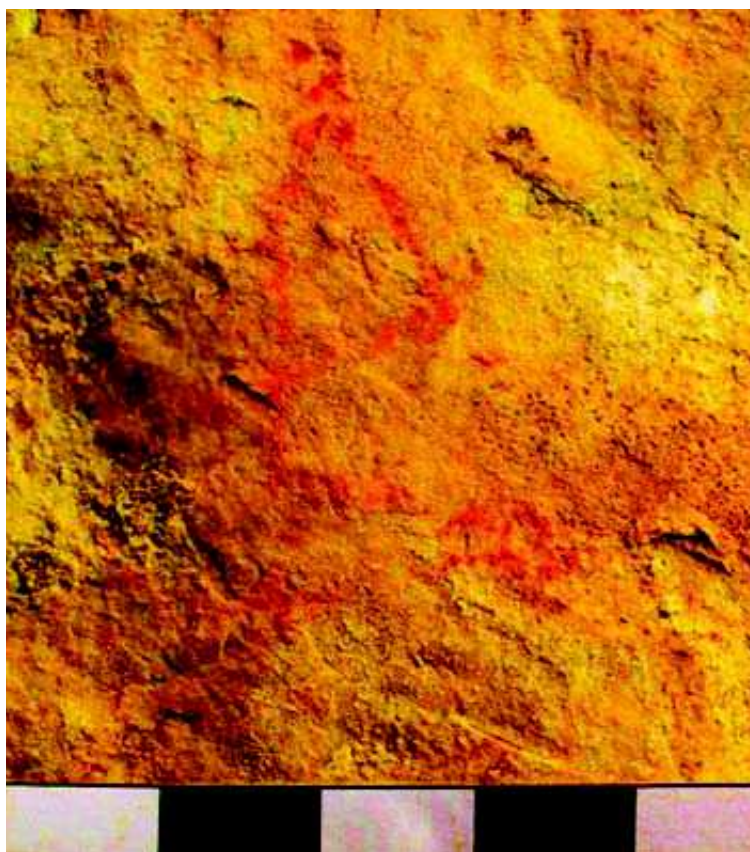


Fig. 23 – Abrigo do Lapedo – motivo 1 (imagem de A. Martins).

um fragmento de colorante em bruto, tal como um lápis e o seu estado de conservação é razoável (Figs. 24 e 25).

**Painel 3:** Trata-se de uma superfície localizada numa zona destacada da parede de fundo do abrigo, orientado para Este, de disposição vertical, morfologia geral plana e micro-relevo ligeiramente sinuoso. Este painel apresenta 0,25 m de comprimento por 0,37 m de largura e situa-se a 0,60 m do solo do abrigo.

**Motivo 3** – Morfologia caracterizada tipologicamente como uma figura antropomórfica. Constituída por uma superfície superior de tendência triangular, culminada por uma forma arredondada, partindo da junção destas duas áreas um traço oblíquo para cada lado. Na zona inferior, separada da superior por um despreendimento da superfície, surge um traço vertical que termina bifurcando-se em dois paralelos entre si. Deste modo são actualmente reconhecidas a região da cabeça, o tronco parcialmente esbatido, as extremidades superiores dispostas ortogonalmente em relação ao tronco e as extremidades inferiores em forma de arco. A figura apresenta como dimensões máximas 12 cm de altura e 7 cm de largura. A técnica de aplicação de cor torna-se difícil de certificar devido ao deficiente estado de conservação (Figs. 26 e 27).

#### 2.9.4 – Interpretação e contextualização

Verifica-se a própria selecção do abrigo é um factor determinante para a análise do processo de criação



Fig. 24 – Abrigo do Lapedo – painel 2 – decalque (MARTINS, 2014).

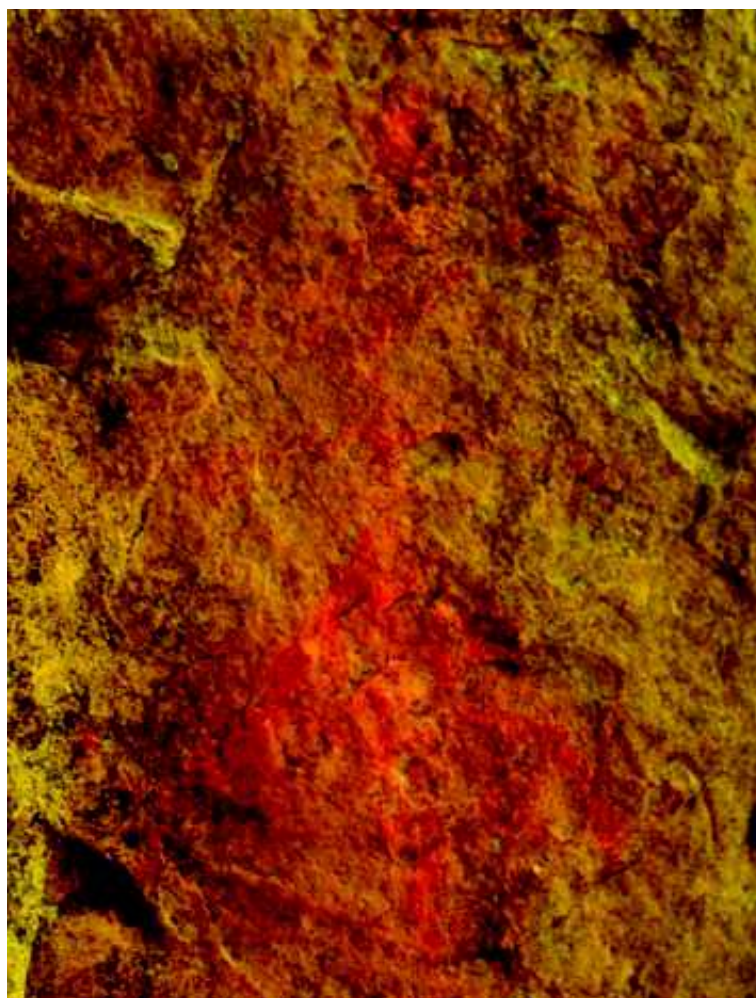


Fig. 25 – Abrigo do Lapedo – motivo 2 (imagem de A. Martins).

gráfica, pois actualmente não existe mais nenhuma representação reconhecida neste vale. Trata-se de um abrigo pouco destacado na paisagem, com óptima exposição solar e protegido das incidências meteorológicas. O espaço escolhido para decoração foi o tecto do abrigo, que pela sua morfologia reduzida (a parede de fundo tem em algumas zonas apenas 30 cm de altura), adquire nos painéis 2 e 3 características mais verticais ficando o observador de frente para as pinturas. O executante destas pinturas deverá tê-las executado estando sentado ou de cócoras, sendo que para o motivo 1 a posição ainda ficou mais dificultada pela altura baixa do tecto (MARTINS, 2014).

Verifica-se a existência de um reduzido reportório temático, tanto do ponto de vista numérico, como em relação à potencial superfície de pintura que oferecem as superfícies do abrigo, levando a que o baixo número de motivos gráficos seja uma característica determinada num momento prévio à execução.

Foram caracterizadas três figuras, que correspondem a dois motivos antropomórficos e um motivo geométrico. As duas figurações antropomórficas (2 e 3) apresentam formato anatómico completo, figurando em ambas a cabeça, o tronco e as extremidades superiores e inferiores, e numa delas a representação do sexo. É de destacar a diferenciação na maneira de representar algumas regiões anatómicas entre as duas figuras. O esquema de configuração é linear, implicando um elevado grau de rigidez na realização dos contornos das figuras e na realização entre partes anatómicas, tornando-se ligeiramente mais suave com o carácter curvo das extremidades do segundo antropomorfo. Os antropomorfos apresentam característica estática devido à inexistência de movimento das extremidades e ausência de acção. São figuras planas, sem indicação relativa ao volume, tanto no que se

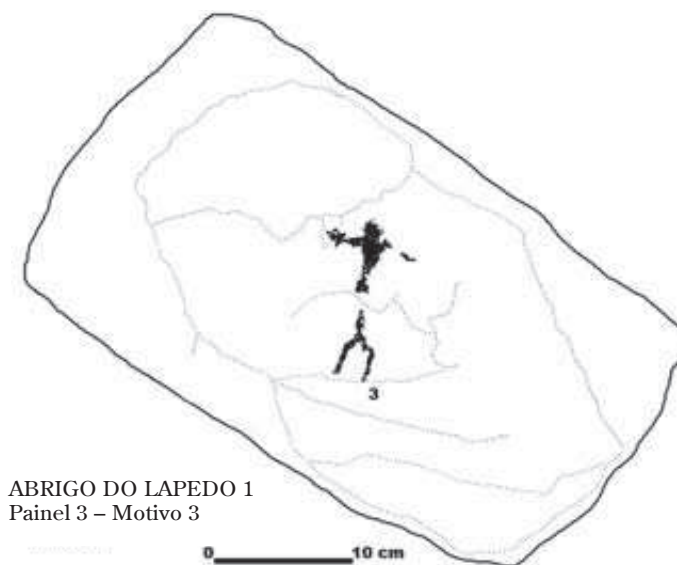


Fig. 26 - Abrigo do Lapedo - painel 3 - decalque (MARTINS, 2014).



Fig. 27 - Abrigo do Lapedo - motivo 3 (imagem de A. Martins).

refere à natureza formal de cada uma, como à sua integração no espaço artístico, sendo figuras sem nenhuma referência espacial. Trata-se de motivos de pequena dimensão, cujas proporções do corpo, tendo como referência o tronco, apresentam um certo grau de coerência nas extremidades superiores e um tamanho pequeno nas extremidades inferiores, como se pode verificar especificamente no primeiro antropomorfo. Em contrapartida ao carácter reduzido, o sexo do segundo antropomorfo é extremamente comprido. O conceito estético das figurações transmitido pela sua natureza formal é esquemático, tendo como característica a simplicidade, a simplificação anatómica e a rigidez das representações (MARTINS, 2014).

As duas figuras antropomórficas encontram-se opostas no espaço cénico, cada uma de um dos lados de uma saliência do tecto, não sendo observáveis entre si, estando uma virada para montante (3) e a outra para jusante (2) da ribeira que atravessa o vale. São dois antropomorfos que observam o vale, um claramente masculino e outro sem diferenciação sexual reconhecida, estando ambos numa posição idêntica, de braços e pernas abertas. Estas duas figuras, que apesar de se localizarem em áreas muito distintas do mesmo suporte, revelam uma organização cénica horizontal, mostrando assim distinções entre as duas representações antropomórficas.

O primeiro painel mostra uma figura de cariz geométrico (1) que pelos seus atributos formais não nos permite identificar com uma tipologia específica, tendo sido pintada numa superfície do tecto do abrigo, onde só se consegue visualizar estando com a cabeça totalmente virada para cima. Encontra-se, assim, menos visível e perceptível no espaço do abrigo, sendo reconhecida apenas por quem a conhece previamente. Não tem qualquer referência espacial, sendo impossível caracterizar a sua orientação ou ligação com as outras figuras (MARTINS, 2014).

Tal como a Lapa dos Coelhos, o Abrigo do Lapedo enquadra-se no ciclo artístico da Arte Esquemática Peninsular, nomeadamente no segundo período – Arte Esquemática Ideográfica – correspondendo do ponto de vista cronológico a uma baliza temporal desde finais do IV milénio a.C. até ao final do III milénio a.C.

### **3 – ENTRANDO NO MACIÇO HESPÉRICO: O VALE DO TEJO – BREVES CONSIDERAÇÕES**

O presente texto pretendia sistematizar os sítios arqueológicos existentes na Estremadura, englobando do ponto de vista geológico a plataforma litoral e a Serra de Aire e Candeeiros. Como se verificou, as ocorrências são reduzidas face ao potencial existente, podendo as características geológicas do território ser um factor preponderante. Acompanhando a bacia do Tejo e entrando no Maciço Hespérico a situação muda completamente, surgindo numerosos sítios com manifestações gráficas (quer pinturas como gravuras) facto resultante da existência de superfícies rochosas propícias à execução de grafismos, bem como à sua preservação.

Destaca-se nesta área o ciclo artístico do Vale do Tejo identificado na década de 70 do século XX no âmbito de trabalhos de prospecção intensiva, face à construção da barragem do Fratel que iria submergir as margens e terraços do Médio Tejo.

A identificação das gravuras do Vale do Tejo permitiu a chegada a Portugal de investigadores estrangeiros como, por exemplo, E. Anati, que se dedicavam à arte rupestre e que formaram os jovens que na altura trabalhavam no Tejo. A “escola do Tejo” proporcionou o conhecimento de técnicas e metodologias nunca utilizadas anteriormente (BAPTISTA, 2011; GOMES, 2010; MARQUES, 2011) e catapultou a arte rupestre para um patamar dos estudos arqueológicos só suplantado 20 anos depois com o Vale do Côa.

No Vale do Tejo, as gravuras localizam-se desde a foz do rio Ocreza até ao Tejo Internacional, prolongando-se por território espanhol. Prospecções recentes alargaram esta dispersão, surgindo novas gravuras no rio Ocreza

e também no Erges. Localizam-se preferencialmente em grandes painéis xistosos horizontais, com uma iconografia muito variada e uma longa periodização: desde o período Paleolítico até à Idade do Ferro, numa continuidade observável pela tipologia iconográfica e pelas numerosas sobreposições.

Diversos investigadores têm efectuado estudos sobre o Vale do Tejo, existindo divergências relativamente ao seu faseamento iconográfico e cronológico, o que está patente em trabalhos sobre rochas, motivos específicos ou em breves sínteses (ABREU *et al.*, 2010; BAPTISTA, 1981; GARCÊS, 2008-2009; GOMES, 1983; 1987; 1990; 2000; 2001; 2004; 2007; OOSTERBEEK, 2008). De entre estes investigadores, destaca-se o trabalho monográfico académico de M. Varela Gomes (2010) onde, pela primeira vez, este ciclo artístico foi exaustivamente descrito, apresentado e discutido, proporcionando assim um inventário para posteriores análises e interpretações (MARTINS, 2014).

Infelizmente o Vale do Tejo não sobreviveu aos desígnios do mundo moderno tendo a barragem do Fratel submergido a quase totalidade dos diversos núcleos de gravuras.

O rio Ocreza é, neste momento, o limite sul deste núcleo, nas margens do qual também se encontram referenciadas gravuras, quer paleolíticas como outras enquadráveis na Pré-História recente. Na Ribeira de Carvalheiro foram identificados 10 painéis com covinhas, enquanto no vale do rio Ocreza estão referenciadas 31 rochas com gravuras rupestres, cuja iconografia é maioritariamente esquemática (antropomorfos, zoomorfos, espirais, picotados). Já numa área de maior altitude encontra-se o sítio de Cobragança, que apresenta vários painéis gravados com círculos concêntricos, reticulados, um antropomorfo, um zoomorfo e algumas armas, iconografia esta que remete para a Idade do Bronze final (OOSTERBEEK & CURA, 2005).

Nas cristas quartzíticas localizam-se os abrigos com pinturas esquemáticas, destacando-se os Abrigos do Pego da Rainha, cujo reportório temático é constituído maioritariamente por pontos, barras e motivos geométricos (MARTINS, 2014).

Na outra extremidade, o rio Erges corresponderá ao limite em território Português do ciclo do Vale do Tejo. Os trabalhos de prospecção na margem direita do rio Erges (desde a foz até à área imediatamente a montante de Segura) efectuados em 2007 pela Associação de Estudos do Alto Tejo, levaram à identificação de diversas rochas com gravuras esquemáticas, algumas picotadas e outras filiformes, estando publicados alguns levantamentos. As gravuras filiformes ou incisivas (Foz do Ribeiro das Taliscas, Ribeiro do Salgueirinho 1, mostram-se difíceis de visualizar e de caracterizar tipologicamente, sendo as picotadas constituídas por linhas onduladas (Fainina), nuvens de picotados (Tremal 1, Tremal 2, Tapa da Foz e Mansa), antropomorfos (Tremal 2, Foz do Ribeiro da Enchacana 1, Tapada da Foz), semi-círculo ou motivos ovais (Tremal 2 e Tapada da Foz), linhas ou faixas lineares (Tremal 2, Foz do Ribeiro da Enchacana 2) e covinhas (Tapada da Foz) (HENRIQUES *et al.*, 2011). Os motivos antropomórficos são todos acéfalos, com membros superiores arqueados, dispostos lateralmente ao trono, mostrando alguns ictifalismo. Estão também presentes simples ancoriformes, sendo que apenas na Rocha do Ribeiro da Enchacana 1 podemos considerar uma associação entre diversos antropomorfos. Estes motivos foram enquadrados cronologicamente no Neolítico Final – Calcolítico (segunda metade do IV e III milénio a.C.) (HENRIQUES *et al.*, 2011).

Foi ainda identificado um pequeno abrigo – Abrigo de Segura – de acesso muito difícil, que mostra um reportório iconográfico reduzido, de cariz esquemático, e, constituído por pontos, barras e um motivo soliforme executados através de pintura (MARTINS, 2014).

Na margem esquerda do rio Erges (território actualmente espanhol), encontram-se referenciadas seis rochas com gravuras e um abrigo também com gravuras esquemáticas, sendo a iconografia constituída principalmente por círculos, semi-círculos, círculos concêntricos e manchas de picotados. O Abrigo Catarina



apresenta gravados em diversos painéis 10 antropomorfos, dois pontos, duas linhas, uma mancha e uma figura indeterminada (NOBRE, 2008).

O rio Erges e o rio Ocreza parecem assim corresponder aos limites do ciclo artístico do Vale do Tejo, onde já não surgem núcleos de rochas gravadas com profusão de motivos, como os verificados por exemplo em São Simão ou Fratel, mas uma gramática figurativa mais simples e menor do ponto de vista quantitativo. A relação entre abrigos com pinturas esquemáticas (Pego da Rainha, Almourão, Segura, entre outros) e os núcleos de gravuras esquemáticas, que farão parte de um mesmo complexo cultural e simbólico, terá de ser abordada de forma exaustiva em estudos futuros.

#### **4 – A ARTE RUPESTRE NA ESTREMADURA E O FUTURO**

Este texto procurou fazer uma sistematização dos sítios arqueológicos classificados como de arte rupestre na região da Estremadura Portuguesa. A definição geográfica abarcou um território vasto, desde a foz do rio Tejo, Península de Lisboa, zona Oeste e Maciço Calcário Estremenho, correspondendo assim a um região dominada por calcários e sedimentos aluvionares. Esta especificidade geológica terá condicionado a presença e preservação de contextos gráficos, quer pela inexistência de suportes pétreos, como pelas próprias características dos calcários e margas que impossibilitam a conservação. Este panorama altera-se profundamente em outras áreas do nosso território, como nos maciços quartzíticos, zonas de granito ou de xisto, onde a abundância de superfícies rochosas permite a execução através de pintura (preferencialmente nos quartzíticos e xistos) ou de gravuras (no granito e xisto).

A Estremadura corresponde igualmente a uma das áreas de Portugal mais intensamente ocupada por núcleos habitacionais, sendo a pressão antrópica bastante elevada. Este facto levou a que seguramente muitos sítios arqueológicos de arte rupestre tenham sido destruídos, por incúria ou desconhecimento, como verificado por exemplo na Laje Erguida do Magoito ou na Anta da Pedra das Mouros.

Como referido anteriormente, outra condicionante que poderá estar relacionada com a pouca frequência de sítios com grafismos na Estremadura e Maciço Calcário Estremenho será a inexistência de prospecções intensivas direccionadas para a identificação deste tipo de contextos, com equipas especializadas que descartem possíveis evidências. O carácter aparentemente simples, não intrusivo, bem como a percepção errada de que para estudar ou classificar um sítio de arte rupestre não é necessário um especialista, leva a que muitas vezes sejam classificadas evidências naturais ou geológicas como por exemplo no Vale do Rio Seco ou na Pedra Redonda em Alcobaça (SILVA, 2001).

Os contextos analisados revelam uma diversificação elevada de tipologias de sítios, surgindo abrigos calcários (Lapa dos Coelhoos, Abrigo do Lapedo ou Lapa da Simoa), uma gruta (Gruta da Moeda), afloramentos rochosos (Pedras Negras, Laje das Insculturas e Casal Leitão) e ainda em monumentos megalíticos (Pedra dos Mouros e Casal Leitão). Esta multiplicidade revela por um lado a complexificação sócio-cultural destas comunidades, mas também uma necessidade de utilização de todo o tipo de sítios disponíveis para execução de reportórios iconográficos.

A gramática figurativa é essencialmente esquemática, enquadrada na Pré-História recente e Proto-História, sendo integrada no ciclo de arte esquemática Peninsular, de cariz universal e identitário. A presença de motivos semelhantes em áreas geográficas distantes revela-nos essa uniformidade conceptual, onde os mecanismos simbólicos estão inerentes aos grupos humanos, mesmo que estes possam possuir uma cultura material distinta. A antropização dos locais escolhidos efectua-se tendo em conta numerosas variantes, encarando o

sítio como uma imensa tela onde ficarão gravadas estórias, mitografias, rituais ou simples cenas quotidianas de uma determinada comunidade num determinado espaço temporal.

A arte seria assim apenas mais um elemento cultural que faz parte do território de uma comunidade, formado por espaços habitacionais, locais de actividades económicas, espaços funerários e locais sociais. Seria nestes locais sociais, frequentados por um número diverso de pessoas, que se efectuariam a antropização da paisagem e ficariam perpetuadas imagens que poderiam ser revisitadas.

Uma possível excepção neste conjunto é a Gruta da Moeda onde a confirmação da existência de pinturas Paleolíticas contribuirá para o conhecimento da dispersão deste tipo de evidências alargando a sua distribuição até à fachada Atlântica.

A procura de explicações elaboradas para a arte Pré-Histórica tornou-se quase um elemento definidor dos estudos académicos, onde a complexificação simbólica exige que procuremos interpretações não redutoras ou superficiais. Porém, podemos também encarar estas representações como algo muito mais simples, em que, apesar do devido distanciamento cronológico-cultural, algumas das tipologias são facilmente reconhecíveis por nós. Na prática, conseguimos aceder cognitivamente à iconografia esquemática tal como se acede à arte naturalista paleolítica. A impossibilidade de estabelecimento de cronologias finas, que poderiam balizar cada motivo em períodos distintos da Pré-História recente, não deverá também inibir os investigadores na demanda de explicações, mas antes incentivá-la.

Deste modo, a Estremadura e Maciço Calcário Estremenho permanecem quase como território inexplorado no que diz respeito à arte rupestre. Esperemos que este panorama se altere nos próximos anos através, principalmente, de projectos que contemplem prospecções intensivas. Só temos de procurar.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Dr.<sup>a</sup> Gisela Encarnação a rápida disponibilização do relatório da intervenção da Laje das Insculturas para consulta no Museu Municipal da Amadora, bem como todas as informações prestadas.

Agradecemos ao Prof. Doutor João Luís Cardoso a cedência das imagens das pinturas da Gruta da Moeda, bem como a preciosa informação da existência destas pinturas rupestres, que se encontravam inéditas.

Ao Prof. Doutor João Luís Cardoso um agradecimento especial pelo convite à produção deste texto sobre arte rupestre da Estremadura, área geográfica bem conhecida e estudada pelo Doutor Rui Boaventura, a quem este volume dos *Estudos Arqueológicos de Oeiras* é dedicado. Homenagear é também continuar o trabalho desenvolvido, nunca esquecendo todos aqueles que contribuíram para o avanço do conhecimento destas problemáticas arqueológicas, a quem agradecemos.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, M. S.; OOSTERBEEK, L.; GARCÊS, S.; COIMBRA, F.; MUÑOZ, G. & RODRIGUES, A. I. (2010) – Para uma revisão do estudo da arte rupestre do Vale do Tejo – O uso dos moldes de látex como instrumento de estudo, In GUÍDON, N.; BUCO, C.; ABREU, M. S. (coord.) – *Fundamentos IX – Global Rock Art – IFRAO*, Vol. III, Brasil: Fundação Museu do Homem Americano, p. 463-476.
- ACOSTA, P. (1968) – *La Pintura rupestre Esquemática en España*. Memorias del Seminario de Prehistoria y Arqueología. Salamanca: Universidad de Salamanca.

- ALMEIDA, F.; ANGELUCCI, D.; GAMEIRO, C.; CORREIA, J. & PEREIRA, T. (2004) – Novos dados para o Paleolítico Superior final da Estremadura Portuguesa: resultados preliminares dos trabalhos arqueológicos de 1997-2003 na Lapa dos Coelho (Casais Martanes, Torres Novas), *Promontoria*. 2 (2), p. 157-192.
- ANGELUCCI, D. (2002) – The Geoarcheological Context. In ZILHÃO, J. & TRINKAUS, E. (eds.) – Portrait of the Artist as a Child. The Gravettian Human Skeleton from the Abrigo do Lagar Velho. *Trabalhos de Arqueologia*. Lisboa: IPA. 22, p. 58-91.
- ANGELUCCI, D. (2004) – Estratigrafia do fundo do Vale do Lapedo (Terraço Inferior). Obras Simlis 2003. *Trabalhos do CIPA*. Lisboa: IPA. 65, 27 p.
- BAPTISTA, A. M. (1981) – O complexo de gravuras rupestres da Bouça do Colado (Parada – Lindoso). *Giesta*. Braga. p. 6-16.
- BAPTISTA, A. M. (2011) – 40 anos depois – A Arte do Tejo no seu labirinto..., *Açafa on-line*. Associação de Estudos do Alto Tejo. 4, p. 2-11.
- BOAVENTURA, R. (2009) – *As antas e o megalitismo da região de Lisboa*. Tese de doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa. 2 vols. (policopiado).
- BOAVENTURA, R. & CARDOSO, J. L. (2014) – Carlos Ribeiro (1813-1882) e as antas de Belas: um contributo para a História da Ciência em Portugal no século XIX, *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 21, p. 35-80
- CARDOSO, J. L. & BOAVENTURA, R. (2011) – The megalithic tombs in the region of Belas (Sintra, Portugal) and their aesthetic manifestations. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 68 (2), p. 297-312
- CASTRO, L. A. (1961) – Um novo aspecto interpretativo da ornamentação dos monumentos megalíticos, *Revista de Guimarães*. Guimarães., 71 (3/4), p. 255-260.
- CORREIA, V. (1917) – Notas: Gravuras do 'dolmen' da Pedra dos Mouros (Belas). *Terra Portuguesa*. Lisboa. 12, p. 185-186
- CUNHA, L. (1990) – *As Serras Calcárias de Condeixa-Sicó-Alvaiázere. Estudo de Geomorfologia*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- ENCARNAÇÃO, G. (2003) – *Laje das Insculturas – Relatório dos trabalhos arqueológicos efectuados de 9 a 28 de Outubro de 1999* (texto policopiado).
- GARCÊS, S. (2008-2009) – *Cervídeos na arte rupestre do Vale do Tejo – Contributo para o estudo da pré-história recente*. Instituto Politécnico de Tomar e Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2 vols. (Tese de Mestrado, policopiada).
- GOMES, M. V. (1983) – Arte Esquemática do Vale do Tejo. *Zephyrus*. Salamanca. 36, p. 277-285.
- GOMES, M. V. (1987 b) – Arte Rupestre do Vale do Tejo, *Arqueologia no Vale do Tejo*, Lisboa: Instituto Português do Património Cultural, Departamento de Arqueologia, p. 27- 4.
- GOMES, M. V. (1990) – A rocha 49 de Fratel e os períodos estilizado-estático e estilizado-dinâmico da arte do Vale do Tejo. *Homenagem a J. R. dos Santos Júnior*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical. 1, p. 151-177.
- GOMES, M. V. (2000) – A rocha 175 de Fratel – Iconografia e interpretação. *Estudos Pré-Históricos*. Viseu. 8, p. 81-112.
- GOMES, M. V. (2001) – Arte Rupestre do Vale do Tejo (Portugal). Antropomorfos (Estilos, Comportamentos, Cronologias e Interpretações). *Semiótica del Arte Prehistórico*. Serie Arqueológica 18. Valencia: Servicio de Estudios Arqueológicos Valencianos, Diputación Provincial de Valencia, p. 53-88.
- GOMES, M. V. (2002) – Arte rupestre em Portugal – perspectiva sobre o último século. *Arqueologia e História. Arqueologia 2000 – Balanço de um Século de Investigação Arqueológica em Portugal*. Lisboa. 54, p. 139-194.
- GOMES, M. V. (2004) – A rocha 11 de Gardete (Vila Velha de Rodão) e os períodos terminais da arte rupestre do Vale do Tejo. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7 (1), p. 61-128.

- GOMES, M. V. (2007) – Os períodos iniciais da arte o Vale do Tejo (Paleolítico e Epipaleolítico). *Cuadernos de Arte Rupestre*. Murcia. 4, p. 81-116.
- GOMES, M. V. (2010) – *Arte Rupestre do Vale do Tejo – Um Ciclo Artístico-Cultural Pré e Proto-Histórico*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 3 vols. (Tese de Doutoramento, texto policopiado).
- HENRIQUES, F.; CANINAS, J. C.; CARDOSO, J. L. & CHAMBINO, M. (2011 a) – Grafismos rupestres pré-históricos no Baixo Erges (Idanha-a-Nova, Portugal), In BUENO RAMÍREZ, P.; CERRILO CUENCA, E. & GONZALEZ CORDERO, A. (eds.) – *From the Origins: The Prehistory of the Inner Tagus Region – BAR Internacional Series 2219*. Oxford: Archaeopress, p. 199-217.
- MANUPPELLA, G.; ANTUNES, M. T.; ALMEIDA, C. A.; AZERÊDO, A. C.; BARBOSA, B.; CRISPIM, J. A.; DUARTE, L.; HENRIQUES, M.; MARTINS, L.; RAMALHO, M.; SANTOS, V. & TERRINHA, P. (2000) – *Carta Geológica de Portugal na Escala 1: 50000 – Notícia Explicativa da Folha 27 – A, Vila Nova de Ourém*. Lisboa: Instituto Geológico e Mineiro, 156 p.
- MARTÍNEZ PERELLÓ, M. I. (1993) – Arte Rupestre en Badajoz. Un nuevo abrigo con pinturas esquemáticas: El morro del Valle de la Venta (Cabeza del Buey). *Revista de Estudios Extremeños*. Badajoz. 49 (2), p. 309-336.
- MARTINS, A. F. (1949) – *Maciço Calcário Estremenho, Contribuição para um Estudo de Geografia Física*. Coimbra.
- MARTINS, A. (2006) – Gravuras rupestres do Noroeste Peninsular: a Chã da Rapada. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 9 (1), p. 47-70.
- MARTINS, A. (2014) – *Abrigos de Arte Esquemática Pintada do Centro de Portugal: mundo simbólico e antropização da paisagem*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade do Algarve. 2 vols. (texto policopiado)
- MARQUES, T. (2011) – Vão estas palavras...extractos de caderno de campo de 1972/73, *Açafa on-line*. 4, p. 2-10.
- MATEUS, I. & MATEUS, S. (2008) – Recinto Megalítico do Casal Leitão, Reguengo Grande (Lourinhã). *Al-madan*. Série II, 16, p. 38 – 43
- MIRANDA, J.; ENCARNAÇÃO, G.; VIEGAS, J.; ROCHA, E. & GONZALEZ, A. (1999) – *Carta Arqueológica Amadora, Do Paleolítico ao Romano*. Amadora: Câmara Municipal da Amadora, 145 p.
- NOBRE, L.s (2008) – Arte Rupestre Pré-Histórica da Margem Esquerda do Rio Erges, In OOSTERBEEK, L. & BUCO, C. (coord.) – *Arte Rupestre do Vale do Tejo e outros Estudos de Arte Pré-Histórica, ARKEOS*. Tomar. 24, cd-rom.
- OOSTERBEEK, L. & CURA, S. (2005) – O Património arqueológico do Concelho de Mação, *Zahara*. Abrantes. 6, p. 17-32.
- OOSTERBEEK, L. (2008) – El arte del Tejo (Portugal) en el marco de los estudios de arte rupestre en Portugal. In OOSTERBEEK, L. & BUCO, C. (coord.) – *RKEOS – perspectivas em diálogo – Arte Rupestre do Vale do Tejo e outros Estudos de Arte Pré-histórica*. Tomar. 24, p. 11-30.
- RIBEIRO, A.; ANTUNES, M. T.; FERREIRA, M. P.; ROCHA, R. B.; SOARES, A. F.; ZBYSZEWSKI, G.; ALMEIDA, F. M.; CARVALHO, D. & MONTEIRO, J. H. (1979) – *Introduction à la géologie générale du Portugal*, Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.
- RODRIGUES, J.; FONSECA, E.; LOPES, P. & SILVA, E. (2002) – Caracterização Hidrogeoquímica do Sistema Cársico do Almonda. *Cadernos do Carso*. Torres Novas. 1.
- SILVA, C. M. (2001) – *Roteiro Cultural da Região de Alcobaça – A Oeste da Serra dos Candeeiros*. Alcobaça: ADEPA.
- SOUSA, E. M. (1990) – Núcleo de gravuras rupestres Proto-Históricas descoberto a N do Cabo da Roca: breve notícia. *Zephyrus*. Salamanca. 43, p. 363-369.